

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

MIRELA SILVA NUNES

REDES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

**Uma análise de conteúdo das postagens do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram
durante o dia 8 de janeiro de 2023**

São Luís

2025

MIRELA SILVA NUNES

REDES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Uma análise de conteúdo das postagens do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram durante o dia 8 de janeiro de 2023

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de título de bacharel em Comunicação Social-Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Fábio Palácio de Azevedo

São Luís

2025

MIRELA SILVA NUNES

REDES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Uma análise de conteúdo das postagens do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram durante o dia 8 de janeiro de 2023

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de título de bacharel em Comunicação Social-Jornalismo

Aprovado em: //

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^o Dr. Fábio Palácio de Azevedo

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Nunes, Mirela.

REDES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA : uma análise de conteúdo das postagens do Movimento Brasil Livre MBL no Instagram durante o dia 8 de janeiro de 2023 / Mirela Silva Nunes. - 2025.

59 p.

Orientador(a): Fábio Palácio de Azevedo.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Mbl. 2. Redes Sociais. 3. Fake News. 4. Discurso de Ódio. 5. 8 de Janeiro. I. Palácio de Azevedo, Fábio. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho ao meu saudoso avô José Raimundo Cardoso Nunes (in memorian). Ao lado dele, que apesar da pouca instrução educacional foi um grande entusiasta dos meus estudos, construí memórias lindas que são, pra mim, uma eterna fonte de inspiração. As recordações das tantas vezes que assistimos noticiários e partidas esportivas juntos enquanto tomávamos café e jogávamos conversa fora, inspiram-me e encorajam-me a seguir firme no Jornalismo. Gostaria muito que ele estivesse aqui para comemorar a minha formação no ensino superior, no entanto, sou feliz por saber que ele seguirá presente em tudo que eu fizer por meio do seu precioso legado.

Agradeço,

Em primeiro lugar, ao meu Deus, que me presenteia com o florescer da esperança todos os dias;

À minha mãe, por todo esforço, cuidado e incentivo para comigo, e por ser minha grande fonte de inspiração. Ao meu pai, pois não sei o que seria de mim sem seu cuidado e apoio incondicional. Ao meu irmão Guilherme, por ser o melhor que eu poderia ter. Estendo também meus agradecimentos aos meus carinhos e companheiros animais de estimação, Simba e Louro;

À minha amiga querida Rebecca Carvalho pelo companheirismo, e por ter sido a ponte que me levou a outros grandes amigos: Iago, Vinícius e Anna Gabi;

À Beatriz Costa por me proporcionar conversas tão especiais e inspiradoras;

A Josué, Edvânia e Laura, meus amigos de longa data;

À Camila Gaspar, Leonardo, Emily, Ana Luiza, Sophia, Soraia, Camila Serra e Kharen, amigos que tive a benção de conhecer durante a preparação para o vestibular e pelos mágicos corredores da UFMA. Tenho certeza que eles não imaginam o quanto cooperaram para que essa fase, apesar de muito desafiadora, tenha se tornado um momento da minha vida que sempre lembrarei com muito carinho. Eles fazem parte do melhor de tudo isso;

À Izabela Trajano, Rodrigo Nabate e Sâmia Martins pelas dicas e encorajamentos sobre a monografia;

Ao meu orientador, Professor Fábio Palácio, por ter me oportunizado iniciar no mundo da pesquisa, em meados de 2019, e pelos vários incentivos no âmbito acadêmico;

À minha psicóloga, Núbia Ferreira;

À turma da Assessoria de Comunicação do TJMA (onde estagiei por 2 anos), na pessoa de Isabella Carolina, minha ex-chefa;

Ao Dr. Rodrigo Leal, por compreender com empatia minha desafiadora rotina de estudar e trabalhar;

Ao meu Flamengo;

Por fim, à “Mainha” (vó), às minhas tias Maria Izabel, Ana Lúcia e Conceição; Meu tio Dudu; aos meus primos João Marcos, Pedro Lucas, Giovanna Letícia, Rachel e Natália; e ao meu sobrinho Tito Amaral — a criança mais doce e cativante do mundo.

Muito obrigada.

“Essa sou eu tentando”.

(Taylor Swift - This is Me Trying).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o conteúdo das postagens do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram no dia 8 de janeiro de 2023, data em que grupos autoritários tentaram golpear a democracia e as instituições republicanas. Em nosso percurso, abordaremos brevemente o surgimento e a projeção do grupo a partir das manifestações de junho de 2013. Em seguida, trataremos da relação entre redes sociais e mobilização política, mostrando como o aumento da circulação de fake news e a manifestação de discursos de ódio nas redes coloca profundos dilemas para a democracia. Logo após, buscaremos, por meio das técnicas de análise de conteúdo propostas por Sá Martino a partir da perspectiva de Laurence Bardin, lançar luz sobre as características dos conteúdos postados pelo MBL em 8 de janeiro de 2023, a fim de identificar de que forma o grupo se posicionou politicamente no episódio da tentativa de golpe.

Palavras-chave: MBL; Redes Sociais; Fake News; Discurso de Ódio; 8 de janeiro.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the content of the posts by Movimento Brasil Livre (MBL) on Instagram on January 8, 2023, when authoritarian groups attempted to overthrow the democratic regime and the republican institutions. In our analysis, we will briefly address the emergence and projection of MBL after the demonstrations of June 2013. Moving on, we will address the relationship between social networks and political mobilization, showing how the increase of fake news and the dissemination of hate speech on networks bring profound dilemmas for democracy. Afterwards, we will seek, through the content analysis techniques proposed by Sá Martino from the perspective of Laurence Bardin, to shed light on the characteristics of the content posted by MBL on January 8, 2023, in order to identify how the group positioned itself politically in the episode of the attempted coup.

Keywords: MBL; Social media; Fake News; Hate Speech; January, 8.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. BREVE HISTÓRICO DO MBL	15
3. MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, PROPAGAÇÃO DE FAKE NEWS E DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS	24
4. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS POSTAGENS DO MBL NO 8 DE JANEIRO	34
4.1 O Instagram como meio de participação política	34
4.2 Sobre o 8 de Janeiro de 2023	37
4.3 Metodologia	39
4.4 Discussão das categorias de análise	41
5. CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

Desde os meus primeiros dias no curso de Comunicação Social (Jornalismo) da Universidade Federal do Maranhão, constatei que há inúmeras possibilidades de temas que podem ser explorados num trabalho de conclusão de curso. Isso porque o ato de comunicar equivale a "convocar e recolocar em circulação sentidos e significados partilhados sobre o mundo em que vivemos" (Pirola; Henriques, 2020, p. 19). Nessa perspectiva, não é difícil que até mesmo os mais singelos assuntos do cotidiano despertem a curiosidade de quem compreende o quão fértil é o terreno da Comunicação Social, ainda mais em um contexto em que "as tecnologias digitais ocupam um papel central nas profundas mudanças experimentadas em todos os aspectos da vida social" (Recuero, 2009, p.12).

Meu interesse específico pelo tema deste trabalho, no entanto, foi fruto do convite que o professor Fábio Palácio – orientador desta pesquisa – fez a mim no começo de 2019, ao me lançar o desafio de trabalhar com ele em um projeto de Iniciação Científica. Eu logo aceitei o convite e, a partir daquele momento, empreendemos esforços para compreender os mecanismos que possibilitaram ao Movimento Brasil Livre (MBL) ter o status de notável mobilizador político nas redes sociais.

A pesquisa, intitulada "Ciberativismo: Uma análise da atuação do Movimento Brasil Livre como mobilizador político nas redes sociais", foi realizada como uma forma de aprofundar o entendimento e investigar os mecanismos pelos quais esse movimento mobiliza seu público nas redes sociais digitais. Partiu-se da premissa de que a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) impactou as práticas sociais e culturais de maneira geral, acarretando transformações também na forma como pessoas e grupos exercitam seus ideais políticos. Isso porque a digitalização e virtualização dos meios de comunicação, possibilitadas pelas tecnologias digitais, ampliaram o acesso à informação, criaram novas formas de produzir conteúdo e intensificaram a comunicação entre as pessoas. Isso promoveu interação social e novas formas de socialização que ultrapassam as barreiras geográficas (Conalgo, 2015).

Nos últimos anos, foram muitos os momentos de participação cívico-política que, no mundo inteiro, revelaram o potencial das redes sociais como ferramenta de transformação. A onda de ciberprotestos se iniciou ainda nos anos 2000 na Islândia, com a "Revolução das Paredes". Essa tendência se espalhou para o Norte da África e o Oriente Médio, caracterizando a Primavera Árabe, como vimos na Tunísia, com a "Revolução pela liberdade e dignidade", no Egito, com a revolta da Praça Tahrir, entre outros países. A ambiência de

protestos chegou na Espanha, com o movimento dos "Indignados", e nos Estados Unidos, com o Occupy Wall Street.

No Brasil, as chamadas “jornadas de junho” de 2013 foram pioneiras na utilização de redes e demais tecnologias interativas para a promoção de manifestações, protestos, ocupações e demais episódios de participação. As ferramentas digitais facilitaram a rápida viralização das indignações e aspirações de boa parte da população, que encontrou no espaço virtual uma facilidade sem precedentes para ouvir ser ouvida, o que favoreceu cada vez mais a adesão dos usuários às causas agitadas naquele momento.

Se por um lado se revelaram um período de grande efervescência, levando às ruas uma nova geração política com profundos anseios progressistas de transformação, por outro lado as manifestações abriram um período de certa instabilidade, que resultou em mudanças regressivas na política brasileira. Fortaleceu-se, no período imediatamente posterior, o espectro mais à direita. Foi quando ficou claro que as mesmas redes sociotécnicas que podiam servir à propagação de ideias libertárias, podiam ser usadas igualmente para distribuir conteúdos de teor preconceituoso e intolerante, de maneira inescrupulosa.

Nos primórdios da internet, difundiu-se rapidamente a ideia de que estaríamos diante de uma ferramenta emancipatória, capaz de dotar os usuários de liberdade para compartilhar suas crenças, enfrentar e vencer as injustiças sociais. Esse sentimento foi endossado pela onda de ciberprotestos já referidos anteriormente.

Ocorre que, nos últimos anos, muitos eventos desafiaram essa imagem apologética: as redes sociais têm propiciado o compartilhamento, em larga escala, de *desinformação*. Esse termo abarca “um amplo conjunto de informações, inclusive audiovisuais, quase sempre falsas, mas misturadas com elementos verdadeiros ou verossímeis em sua composição, elementos aparentemente racionais, supostamente fundamentados em evidências aparentemente reais” (Schneider, 2022, p. 76). O crescimento da desinformação propiciou a ascensão de grupos e pessoas que difundem fake news e discursos de ódio. Um exemplo de como a utilização da internet para a propagação de notícias falsas e a normalização da circulação virtual do discurso de ódio podem ser decisivas é a escalada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, conforme elucidam Curi Júnior e Alfaya (2023):

Na eleição de 2018, uma das notícias falsas mais difundidas envolveu o "kit gay", afirmava-se que o governo do PT estava distribuindo materiais escolares para promover a ideologia de gênero nas escolas. A disseminação em larga escala dessa desinformação através das redes sociais foi um elemento que influenciou a vitória de Jair Bolsonaro, que se posicionou contrariamente à chamada "ideologia de gênero". (Curi Junior; Alfaya, 2023, p. 4).

A relação do ex-presidente Jair Bolsonaro com as fake news e com o discurso de ódio será discutida mais adiante. É válido destacar de forma prévia, entretanto, como a internet tem viabilizado discussões motivadas por temas considerados "polêmicos" e "escandalosos" – que muitas vezes carregam um forte teor de discurso de ódio a minorias sociais. Essa tendência acabou favorecendo o protagonismo de figuras controversas como Jair Bolsonaro e mantendo a relevância do MBL no ambiente online. De acordo com Gasparetto, Pedroso e Oliveira (2023):

Verifica-se, na atualidade, que essa prática do escândalo é potencializada pelas redes sociais, que possuem a dinamicidade, a rapidez e a possibilidade de “viralização” (disseminação instantânea) dos conteúdos que lá circulam. E, nesse meio de escândalo, as notícias falsas têm, nas ferramentas de “viralização” das redes sociais, o aparato perfeito para circularem e gerarem receita a quem produz. (Gasparetto; Pedroso; Oliveira, 2023, p. 185)

Conforme será explorado no terceiro capítulo, os funcionamentos algorítmicos das redes sociais têm viabilizado muito mais o isolamento dos usuários em bolhas virtuais do que debates amplos em prol de mudanças sociais significativas. Segundo Pellizzari e Barreto Junior (2019):

Como os algoritmos são abastecidos de dados pessoais, geográficos, padrões de uso das aplicações informáticas e uma série de outros insumos gerados pela utilização das ferramentas computacionais dos usuários das aplicações de internet, há uma probabilidade bastante elevada de que esses algoritmos confinem, cada qual, num ambiente moldado exclusivamente pelo reflexo de si próprio. (Pellizzari; Barreto Junior, 2019, p. 2).

Essas e outras características das ambiências virtuais têm sido aproveitadas por novos movimentos juvenis que se reivindicam parte do espectro conservador e de direita. É o caso do Movimento Brasil Livre (MBL). Foi por meio das redes sociais que esse movimento se tornou um ator importante da política nacional e fortaleceu-se ao ponto de assumir a condição de protagonista de episódios marcantes como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

O Movimento Brasil Livre busca aproveitar as inúmeras possibilidades de interação proporcionadas pelas redes para oferecer ao público jovem uma espécie de movimento político que se nutre de questões do cotidiano, oferecendo interpretações à direita. No entanto, o MBL tem sido acusado de disseminar fake news e discursos de ódio, ingredientes que podem “impactar a opinião pública, os resultados de votações e, em casos extremos, provocar divisões sociais, fortalecendo regimes autoritários” (Curi Júnior; Alfaya, 2023, p. 4).

Os modos de propagação desses conteúdos pelo MBL serão analisados no decorrer deste trabalho. A análise a ser realizada, que será desenvolvida no capítulo 4, tem como foco a atuação do MBL no Instagram especificamente no dia 8 de janeiro de 2023 – data em que atos

golpistas realizados em Brasília atacaram de forma hostil a democracia brasileira. A escolha recaiu sobre o Instagram porque, atualmente, é nessa rede que o MBL possui um maior número de seguidores. Por meio da vasta gama de funcionalidades disponibilizadas pelo Instagram, o grupo compartilha diariamente conteúdos moldados por sua visão de mundo. No dia 8 de janeiro de 2023 não foi diferente.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a análise será efetuada por meio da análise de conteúdo, metodologia que "corresponde a um conjunto de técnicas por meio das quais se pode analisar um grupo de dados" (Dalla Vale; Ferreira, 2023, p. 2). A análise do conteúdo postado pelo MBL no Instagram dia 8 de janeiro de 2023 será realizada por meio das técnicas expostas por Luís Mauro Sá Martino, a partir da perspectiva de Laurence Bardin. Esta técnica é entendida, pelo viés de Bardin (2004, p. 41), como uma análise de textos e mensagens através de técnicas sistemáticas visando chegar a "indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Dessa forma, poderemos "explorar os sentidos e os significados" (Dalla Vale; Ferreira, 2023, p. 6) condizentes com o que foi postado pelo MBL no dia 8 de janeiro de 2023. Os esforços serão direcionados para descortinar alguns aspectos mais profundos das postagens, a fim de trazer luz às limitações e contradições do Movimento, assim como, por meio delas, identificar de que maneira o MBL coopera para a circulação das fake news e dos discursos de ódio.

É válido ressaltar que durante a fase de pesquisa bibliográfica para a realização desta monografia, foram encontradas pouquíssimas pesquisas explorando a utilização do Instagram como meio de mobilização política, a situação do MBL na atualidade (10 anos após das manifestações de junho de 2013), e os atos do 8 de janeiro – o que contribui para o ineditismo deste trabalho.

2. BREVE HISTÓRICO DO MBL

O Movimento Brasil Livre é uma organização que "se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil" (MBL, 2015). O direcionamento do movimento está relacionado a princípios liberais como a livre iniciativa, livre mercado, apoio ao empreendedorismo e primazia do indivíduo e da sociedade em relação ao Estado. O MBL também defende bandeiras como o fim do voto obrigatório, combate aos privilégios no funcionalismo público e autonomia ao trabalhador (MBL, 2024). O grupo "se considera de direita, mobiliza um discurso a favor da meritocracia, contrário à intervenção estatal na economia, e de combate à "ideologia de esquerda" (Carvalho, Zanon, Placeres, 2017, p. 7).

A criação do MBL é uma das consequências das manifestações ocorridas no Brasil em 2013. De acordo com Castells (2017), as manifestações aconteceram:

Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. (Castells, 2017, p. 245)

Esse episódio tem início com os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) – uma frente de coletivos que lutam por melhorias na mobilidade urbana. A adesão da população à causa foi significativamente rápida, já que o transporte público é um tema que afeta de forma direta e indireta a grande maioria das pessoas. No entanto, a questão do aumento das passagens, fato que levou milhares de pessoas às ruas com cartazes dizendo "não é só por 20 centavos", foi apenas o gatilho para uma série de reivindicações por todo o Brasil. Mesmo com o sucesso do objetivo pioneiro (as passagens de ônibus não aumentaram em nenhum estado do país), no momento subsequente, a população passou a expor sua insatisfação em relação aos gastos exorbitantes com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014; a cobrar investimentos em saúde e educação; e a evidenciar em forma de cartazes e postagens na internet, seu repúdio em relação à corrupção. À essa altura, o MPL, que não se propôs a pautar politicamente os protestos, perdeu o protagonismo, e as reivindicações tornaram-se cada vez mais difusas. A atmosfera de insatisfação estava latente no Brasil.

O Movimento Brasil Livre nasce no período imediatamente posterior, marcado pelo rescaldo das grandes manifestações de 2013. É quando surgem movimentos juvenis de direita, como o MBL e o Vem pra Rua, que tem no próprio nome a conhecida palavra de ordem consagrada nas jornadas de junho (Palácio, 2018; 2023). O MBL foi criado formalmente em novembro de 2014 e desde então participa ativamente do cenário político brasileiro como um movimento de direita liberal com postura formalmente apartidária. O movimento foi inspirado na morfologia das manifestações de 2013, fortemente impulsionadas pelo ativismo digital. A própria sigla do movimento, segundo relatou Renan Santos (2020), foi pensada como uma corruptela de MPL – sigla do Movimento Passe Livre, que protagonizou as chamadas jornadas de junho. “O nome Movimento Brasil Livre foi criado pelo Fábio Ostermann, originalmente em 2013, e eu acho que ele pensou numa brincadeira ali com o MPL, né?” (Santos, 2020). Segundo o articulador, junho de 2013 influenciou o movimento de tal forma que a primeira manifestação do grupo organizado como MBL foi no Museu de Arte de São Paulo (MASP), já que seu referencial de manifestação era o Museu por conta dos acontecimentos do ano anterior (Santos, 2020).

Após a primeira manifestação organizada pelo MBL, que foi realizada no dia 1º de novembro de 2014, em frente ao MASP, outros atos nesse sentido foram organizados pelo grupo, que sempre utilizava redes sociais, principalmente o Facebook, para convocar os manifestantes. Os protestos eram revestidos pelo discurso “anticorrupção” e norteados por pedidos de punição aos investigados na Operação Lava Jato. Naquela ocasião, o MBL fortaleceu-se ao ponto de em 2015, já com coordenadores presentes em várias capitais, promoverem manifestações em outras cidades para além de São Paulo. Em abril de 2015, o MBL fez parte da linha de frente da “Marcha pela Liberdade”, uma peregrinação de São Paulo até Brasília, que tinha entre os objetivos o impeachment da então presidenta, Dilma Rousseff.

Durante o percurso foram visitando diversas cidades na tentativa de elencar mais membros, mas a adesão foi muito menor do que se esperava. Em 27 de maio [...] o MBL, representado por Kim Kataguiri, protocola um processo de cassação contra a presidente. O requerimento foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). (Carvalho, Zanon e Placeres, 2017, p. 4 e 5)

O impeachment de Dilma se concretizaria em 2016, sendo um dos mais importantes desdobramentos políticos do Brasil após as manifestações de Junho de 2013.

Originalmente, a direção do MBL contava com nomes como Kim Kataguiri e Renan Santos. O sucesso do grupo – alguns representantes chegaram a ocupar cargos no Congresso Nacional, assim como na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores de São Paulo –

provém do sentimento de indignação que tomou o Brasil a partir de 2013 e sustenta-se na interatividade por meio das redes sociais. O movimento desde então esteve bastante atuante em vários eventos significativos para a história recente da política brasileira. De acordo com Renan Santos (2020), o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff foi o evento de maior envolvimento do MBL. O grupo também usou de sua influência – e a amplificou – em outros episódios, como os desdobramentos da operação lava-jato que culminaram na prisão do ex-presidente Lula, as mobilizações pela aprovação da PEC 241 (teto de gastos) e a campanha contrária às ocupações de escolas pelo movimento estudantil no Paraná (Santos, 2020).

No campo dos costumes, segundo Renan Santos (2020), entre os membros do movimento “alguns têm uma linha mais progressista e outros vão pra uma linha mais conservadora” (Santos, 2020). O movimento, que defende as propostas aprovadas em assembleia nacional no ano de 2015 (MBL, 2015), sustenta-se na jovialidade dos coordenadores e participantes, bem como no comprometimento destes com a “repaginação” do cenário político nacional.

Embora tenha se caracterizado como uma entidade “sem fins lucrativos” (Segalla; Rossi; Betim, 2017), sabe-se do MBL que seus dirigentes atuaram na ONG Estudantes pela Liberdade, filial brasileira da Students for Liberty, que recebia financiamento dos irmãos Koch (Palácio, 2023, p. 209). Segundo Cancian e Malini (2017), a organização Students for Liberty teve um papel fundamental no Brasil, promovendo o crescimento e o fortalecimento das pautas e nichos conservadores. Conforme aponta Palácio (2023), os irmãos David Koch, Charles Koch, Frederick Koch e Bill Koch são donos de um dos maiores conglomerados empresariais dos Estados Unidos, com ênfase nos setores de petróleo e gás. Além de demonstrar interesse no pré-sal brasileiro, a companhia também é conhecida por escândalos nos Estados Unidos, no tocante à compra de votos, degradação ambiental e extração ilegal de petróleo em terras indígenas (Palácio, 2023). Para garantir o sucesso de seus interesses, o jornalista Antonio Muñoz Molina (2019) destaca que os irmãos Koch investiram grandes montantes em campanhas de candidatos extremistas que se opõem a tributos, direitos sindicais e controles sobre as emissões de gases de efeito estufa.

É certo que a ascensão do MBL, mesmo parecendo espontânea, decorreu do patrocínio, em grande medida, de “estruturas de poder pré-estabelecidas, vinculadas a setores do empresariado – de dentro e de fora do país – e à mídia corporativa” (Palácio, 2023, p. 210). Esse apoio forneceu recursos que contribuíram para um maior domínio dos funcionamentos algorítmicos de mídias sociais.

O domínio das particularidades da militância digital contribuiu para repaginar as mobilizações da direita com uma marca de radicalismo e jovialidade. Foi assim que o movimento conseguiu engajar, através das redes sociais, milhares de pessoas em protestos políticos. De acordo com Carvalho, Zanon e Placeres (2017):

Nessa disputa por sujeitos e subjetividades, o MBL, através da articulação tautológica de duas pautas simples - a ideia de que o fim da corrupção só poderia ocorrer diante da diminuição da intervenção estatal na economia, pois assim haveria pouco a ser corrompido - agência, fazendo uso de artifícios das redes sociais, os descontentamentos que até pouco tempo atrás se encontravam desarticulados. (Carvalho, Zanon e Placeres, 2017, p.17)

Usando de vídeos de curta duração, simples e de fácil entendimento, juntamente a posts diários nas redes sociais, o MBL construiu seu lugar no imaginário de jovens e adultos, que encontravam nas postagens fortes críticas à esquerda, ao intervencionismo estatal e a tudo que foge dos costumes considerados “tradicionais”. Além disso, esses movimentos se apresentam como "modernos, horizontais e conectados, em oposição às velhas entidades sindicais e estudantis" (Palácio, 2023, p. 211). O Movimento conta com engajamento majoritariamente jovem, que identifica no espaço virtual a possibilidade de edificar novas formas de fazer política e compartilhar ideais. Como narrado por Renan Santos (2020), a maior flexibilidade dos ambientes de rede encoraja o público que flerta com o rejuvenescimento do conservadorismo a militar pelos ideais difundidos pelo movimento.

É importante destacar que a composição do grupo passou por alterações significativas quanto aos seus principais mobilizadores no plano nacional. Em 2021, o até então vereador de São Paulo, Fernando Holiday, saiu do MBL alegando que as causas LGBT e antiabortista eram sua prioridade, mas não eram as do MBL. Por isso, Holiday decidiu seguir uma trajetória “solo” (Fucs, 2021). Arthur do Val, conhecido como "Mamãe Falei", foi eleito Deputado Estadual em São Paulo em 2018, mas, apesar de renunciar ao cargo em 2022, teve seu mandato cassado no mesmo ano por quebra de decoro parlamentar. O fato culminou na perda dos direitos políticos por oito anos, tornando Arthur do Val inelegível (Rodrigues, 2022). Meses antes, "Mamãe Falei" já havia anunciado seu afastamento do MBL, alegando que sua presença estava "atrapalhando o Movimento" (Hubertus, Falcão, Tortella, 2022). Arthur do Val e Fernando Holiday eram "porta-vozes do MBL em aparições públicas via web, em peças audiovisuais, fotografias, cartazes, camisetas e outros materiais" (Yamamoto, de Moura, 2018, p. 159).

Um dos membros fundadores do grupo que continua à frente do Movimento é o deputado federal Kim Kataguiri. Kim, que se vê como um parlamentar de direita (Kataguiri, 2023), chegou a ser considerado um dos 30 jovens mais influentes do mundo em 2015, de

acordo com a Revista *Time* (Azevedo, 2015), e conta com mais de 1,3 milhão de seguidores no Instagram (Instagram, 2024). Ele é o único dos membros fundadores do MBL que conseguiu êxito nas duas eleições que pleiteou: 2018 e 2022. Segundo a Folha de São Paulo (2022), dos sete candidatos participantes do MBL que disputaram as eleições de 2022, apenas Kim e Guto Zacarias conseguiram se eleger. Zacarias é deputado estadual em São Paulo.

A criação de um partido próprio é um dos planos do Movimento. Para isso, pretende alcançar a marca de 550 mil assinaturas para a criação do Partido do MBL (Ferreira, 2024). "A Regra atual do TSE fixa 547 mil assinaturas necessárias para criação de um novo partido político; Movimento Brasil Livre afirma ter enviado 250 mil para análise até agora, das quais 115 mil foram consideradas aptas" (Ferreira, 2024). A meta do MBL é, até o final do ano, concluir o processo de envio das assinaturas para a Justiça Eleitoral. A logística para tal aspiração, no entanto, é complexa, e os gastos são totalmente arcados pelos interessados na fundação do partido. "Cada assinatura precisa ser validada em cartório eleitoral e ser empacotada em lote de 100 assinaturas, que será remetido à Justiça Eleitoral" (Ferreira, 2024).

As recentes mudanças na liderança e na composição do movimento não o tornaram mais plural. O MBL deixa claro em seu estatuto que defende o "fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero" (MBL, 2024). Esse descrédito claro para com as políticas afirmativas, que objetivam reparar desigualdades vivenciadas por negros e mulheres ao longo da história, evidenciam o vazio das pautas de diversidade na trajetória do Movimento. Carvalho, Zanon e Placeres (2017), após realizarem um trabalho de campo no 2º Congresso Nacional do MBL, que ocorreu em novembro de 2016, afirmaram que:

O trabalho de campo nos mostrou que o movimento é constituído basicamente por homens brancos. As mulheres que estavam no congresso se concentravam na recepção, sempre maquiadas e vestidas de forma impecável. [...] Também ficou evidente que os integrantes do movimento se concentram em duas faixas etárias: ou bastante jovens, entre 16 e 30 anos; ou entre 45 a 55 anos. Os que têm idade suficiente, possuem ensino superior completo e em sua maioria exercem profissões liberais. São, na maior parte das vezes, de classe média ou média alta. Essa é uma característica que parece integrar um sentimento identitário do movimento. (Carvalho, Zanon e Placeres, 2017, p.7)

Torna-se evidente que a esperança por uma política diferente e repaginada não abrange temas de teor social como o combate ao racismo e à discriminação de gênero. Pelo contrário. O MBL repudia "iniciativas culturais que eles identificam como 'de esquerda' ou que promovam valores ligados à diversidade sexual, e para isso utilizam uma justificativa conservadora" (Rocha, 2017). De acordo com Cacian e Malini (2017):

Em 2017 o movimento voltou a ganhar espaço, dessa vez defendendo pautas mais conservadoras nas áreas da moral e dos costumes. Ao se diversificar de sua agenda liberal, o grupo protagonizou em suas redes sociais uma campanha de boicote à exposição

“Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, realizada pelo Santander Cultural de Porto Alegre, a qual diziam se tratar de obras que ofendiam a fé cristã e faziam apologia à pedofilia e à zoofilia. O fato ganhou muito mais repercussão quando o banco Santander suspendeu a exposição, o que evidenciou a força que o movimento ainda continha para influenciar seu grande público. (Cacian, Malini, 2017, p. 7)

Como se pode ver, o MBL é liberal quanto à mínima intervenção do Estado na economia, mas profundamente conservador na agenda sociocultural e de costumes. Articulando esses dois eixos, um pilar de destaque na pauta da organização é o discurso anticorrupção. O MBL muito se fortaleceu utilizando esse discurso como pilar central de suas estratégias de propaganda. Segundo Koerner e Schilling (2015), “o combate à corrupção possui forte conotação positiva, pois se baseia num consenso genérico e difuso pela moralidade política, daí seu uso como mobilizador da opinião pública” (Koerner; Schilling, 2015, p. 82). No caso do MBL, porém, o discurso anticorrupção tinha um alvo único e específico: a esquerda e, em particular, o Partido dos Trabalhadores (PT). Como afirmam Carvalho, Zanon e Placeres (2017):

Não é exclusividade do MBL, e nem tampouco da direita, a utilização do tema da corrupção como arma no cenário político. Uma bandeira da qual dificilmente se discorda, a “luta contra a corrupção” tem se mostrado um dispositivo aglutinador de pessoas ao longo de diversos momentos da história. [...] O que tem acontecido mais recentemente, em especial desde o escândalo do chamado Mensalão em 2005, é que o PT tem figurado nos discursos que circulam em meio à sociedade como o principal partido organizador dos esquemas de corrupção. O PT é representado nos discursos dos membros do movimento como o principal autor da desmoralização da política brasileira. (Carvalho, Zanon e Placeres, 2017, p. 8 e 9)

A repulsa do Movimento em relação ao Partido dos Trabalhadores, assim, tornou-se uma fonte inesgotável de inspiração para a produção de conteúdos para as redes sociais. O grupo valeu-se do antipetismo para desenvolver, em suas postagens, conteúdos depreciativos e sarcásticos em relação à conduta do PT, de seus membros e de suas ações de governo na educação, economia, saúde etc.

O MBL, que muito aproveitou o caráter político-midiático da Operação Lava-Jato para se projetar, vivenciou a queda de sua popularidade com a derrocada da Operação. Com o enfraquecimento do discurso “anticorrupção”, o movimento não se reinventou a ponto de ter protagonismo no novo cenário brasileiro, em que o desenvolvimento social e econômico do país voltou a ser discutido. Nesse contexto, o grupo não conseguiu se manter como um forte mobilizador de grandes manifestações e passou a se defrontar com um momento de refluxo em suas estruturas organizativas.

A constatação de uma certa desarticulação do movimento nas bases pode ser deferida a partir da informação dada pelo coordenador nacional da entidade, Renan Santos, segundo a qual o número de núcleos caiu de 250 para 150. Essa tendência também pode estar ligada a

fatores mais conjunturais, como os efeitos da pandemia sobre a organicidade do movimento. Segundo Santos (2020), o isolamento social por conta da pandemia de coronavírus “atrapalhou demais [...] todo o cronograma do ano [...]. Aí a gente ficou muito focado em live, foi até legal, houve a onda das lives, tivemos lives muito grandes, fizemos um congresso online, mas militância, mesmo, diminuiu” (Santos, 2020).

O cenário atual do MBL, diferentemente do período de sua rápida projeção nos idos de 2014-2015, é desafiador para o grupo. "Constantes atritos com outros representantes da direita, em especial o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores, fizeram com que o movimento se fragmentasse e perdesse vários de seus integrantes" (Sestrem, 2023). Tais divergências foram evidenciadas no período da pandemia, em que as postagens do movimento nas redes sociais possuíam um caráter crítico, com questionamentos sobre as medidas do governo de Bolsonaro, a respeito das polêmicas envolvendo a família e as próprias declarações de Bolsonaro.

Portanto, para além dos problemas colocados pela pandemia, o processo de desorganização das bases e refluxo do movimento certamente se liga também a componentes políticos de fundo, como as reviravoltas que levaram ao rompimento com o governo Bolsonaro. O MBL fez parecer que o afastamento em relação a Bolsonaro ocorreu devido aos posicionamentos de ambos no campo da direita - eles mais moderados, enquanto Jair Bolsonaro, mais radical (João Filho, 2020). Posteriormente, no capítulo 4, exploraremos as contradições desse suposto afastamento, já que ideologicamente, estes não se distanciaram tanto assim.

É certo que, a partir desse rompimento, o MBL chegou até a encabeçar manifestações juntamente ao Vem Pra Rua, pedindo o impeachment de Bolsonaro. Uma delas foi o protesto realizado dia 12 de setembro de 2021 em São Paulo, que contava com a premissa de ser um ato apartidário em defesa da democracia. Na ocasião, lideranças e militantes da esquerda também foram convocadas a comparecer, mas essa união, que visava neutralizar a polarização política deixando de lado bandeiras e causas que não fossem o pedido de impeachment de Jair Bolsonaro, não foi aceita com unanimidade.

Ressentimentos de ambos os lados [...] ainda dificultam uma ampla aliança entre direita e esquerda. Enquanto lideranças de PCdoB, PSB e PDT, incluindo o pré-candidato Ciro Gomes, confirmaram que estarão nos protestos de domingo após o convite do MBL, o maior partido da esquerda, o PT, e organizações próximas a sigla, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), descartaram participar. (Schreiber, 2021).

Fator que pode ter contribuído para a relativa desarticulação das bases do MBL são as acusações que ligam o nome de participantes do movimento a denúncias de lavagem de

dinheiro (Cerântula, 2020). É fato que tais denúncias podem ter acarretado impacto negativo à imagem do MBL, afastando militantes e simpatizantes. Em síntese, rupturas políticas bruscas, além das mencionadas denúncias de corrupção, podem ter levado muitos militantes a repensarem sua participação no Movimento.

Dez anos após sua fundação, o MBL segue utilizando majoritariamente as redes sociais como forma de mobilizar seus simpatizantes. Quase 1 milhão de pessoas fazem da conexão com o MBL, mediada pelo Instagram, um investimento (Recuero, 2012). Nesse sentido, o investimento é a forma pela qual a manutenção das relações nas redes sociais on-line se faz. Para Recuero (2009), a internet tornou o custo de manter vínculos sociais significativamente mais baixo que nas relações offline, pois as conexões são sustentadas pela tecnologia, em vez de dependerem da interação presencial entre as pessoas. Este investimento dá retorno tanto aos seguidores do movimento – que encontram no perfil um espaço formativo condizente com suas preferências políticas e com sua leitura do cenário nacional – quanto ao próprio MBL, que lucra com o aumento de seu número de seguidores, de visualizações e, consequentemente, com a ampliação de seu prestígio e popularidade. Essa relação pode ser sintetizada pela ideia de “capital social” conceituada por Recuero, segundo a qual essa espécie de capital é “um conjunto de recursos de um determinado grupo [...] que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que individualmente, e que está baseado na reciprocidade” (Recuero, 2009, p. 50).

A forma como o MBL mobiliza sua base de apoio confirma o fato de que o ciberativismo fortalece um modelo de identificação e organização política, possibilitando o engajamento cívico com causas muitas vezes distantes. Segundo Renan Santos (2020), “as pessoas gostam de se juntar mais por interesses mais abrangentes do que por conta de um problema com um vereador, uma praça, coisa assim” (Santos 2020). De fato, as redes tornaram mais próximo aquilo que de outra forma pareceria distante ou sequer seria conhecido. Como afirma Recuero, “essa desterritorialização dos laços é consequência direta da criação de novos espaços de interação” (Recuero, 2009, p. 44).

Renan Santos (2020) trata como “despeito” as críticas que limitam o MBL a um “clickativismo”, isto é, um tipo de militância que só existiria na internet. Segundo o mobilizador, o movimento tem núcleos em praticamente todos os estados da federação (presente agora em 150 cidades) e conta com assembleias nacionais e regionais todos os anos. Porém, quando perguntado se as decisões são tomadas predominantemente de modo presencial ou on-line, Renan Santos (2020) foi enfático ao responder que “elas são tomadas online, sempre, sempre”.

Essa intensa atividade on-line é fonte de muitas polêmicas. O grupo é constantemente apontado como um dos maiores propagadores de fake news – informações que circulam em formato de notícias, mas sem compromisso com a verdade dos fatos (Schneider, 2022). As manifestações de apoio ao movimento contrastam diariamente com os comentários de repúdio daqueles que acreditam que o MBL apenas capitalizou a instabilidade política ocasionada pelas manifestações de 2013, e que atua sem escrúpulos para se manter na influente posição que ocupa.

No próximo capítulo abordaremos o processo de evolução do uso da internet, especificamente por meio das redes sociais digitais, no sentido de terem se tornado, para além de um mero instrumento de troca de informações, um espaço propício para a discussão e mobilização acerca de assuntos políticos e sociais. Exploraremos também as práticas nocivas à democracia perpetradas por meio das redes, as quais dão ensejo a um grande desafio contemporâneo: o aumento da circulação de fake news e a manifestação cada vez mais comum de discursos de ódio no ambiente virtual.

3. MOBILIZAÇÃO POLÍTICA, PROPAGAÇÃO DE FAKE NEWS E DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

O uso da internet e das redes sociais digitais é crescente em todo o mundo. Aproximadamente 5 bilhões de pessoas utilizam-nas de forma ativa ao redor do globo (Lungui, 2023). De acordo com Pacete (2023), o Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais do planeta. Cerca de 131,5 milhões de brasileiros e brasileiras têm acesso às plataformas (Pacete, 2023), investindo, em média, 3 horas e 49 minutos por dia nas redes sociais (Lungui, 2023).

O uso cada vez mais constante da internet reconfigurou, reorganizou e ressignificou inúmeras práticas sociais. De acordo com Pedrosa e Baracho Júnior (2021), a internet revolucionou o mundo da comunicação. “Trata-se de um mecanismo de informação e divulgação e apresenta-se como um meio de colaboração e interação entre os indivíduos e seus computadores, sem considerar a sua localização geográfica, possuindo uma rede de nível mundial” (Pedrosa, Baracho Júnior, 2021, p. 151).

Se a rede mundial de computadores facilitou processos como a compra de produtos e transações bancárias, também assumiu protagonismo nos processos de participação social e mobilização política. Veloso (2023) afirma que "o ambiente democrático, o Estado Democrático de Direito e o tecido social, também são digitais/ virtuais" (Veloso, 2023, p. 65). Essa dinâmica foi conceituada por Manuel Castells (1999) como "sociedade em rede". Segundo o autor, as economias nacionais passaram a exibir maior interdependência, fazendo surgir novas formas de relação entre economia, Estado e sociedade" (Castells, 1999).

As ambiências virtuais passaram, ao longo das últimas décadas, por uma evolução contínua, que aprimorou funcionalidades e possibilitou a “aquisição de musculatura tecnológica fornecendo novas possibilidades de inserção, armazenamento e recuperação de informações pelos usuários de forma mais amigável” (Lima Júnior; Teixeira, 2009, p. 171).

A primeira rede de computadores a entrar em funcionamento, em 1969, foi a Arpanet (Velooso, 2023; Castells, 1999). Briggs e Burke (2006) certificam que a Arpanet

Foi estabelecida em 1968-1969, com o relevante apoio financeiro do governo norte-americano por meio da Arpa, Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundado em 1957 como parte da resposta do governo ao Sputnik. [...] Graças ao tipo de informação que estava sendo compartilhada, um elemento essencial de sua razão de ser era que a rede pudesse sobreviver à retirada ou destruição de qualquer computador ligado a ela, e, na realidade, até à destruição nuclear de toda a infraestrutura de comunicações (infraestrutura era outra palavra nova). Essa era a visão do Pentágono. A visão das universidades era que a Net oferecia "acesso livre" aos usuários professores e pesquisadores, e que eram eles comunicadores. (Briggs; Burke, 2006, p. 300-301)

O declínio da Arpanet se concretizou, conforme Velooso (2023), no início dos anos 1990, período de ascensão da World Wide Web (WWW). Aqueles eram os tempos da chamada "Web 1.0", marcada por ser um ambiente limitado, com baixíssima possibilidade de interação. “Tratava-se de um espaço essencialmente de leitura, onde a interação se dava na troca de e-mails entre os usuários” (Velooso, 2023, p. 67).

A falta de interatividade que imperava no primeiro momento foi aos poucos superada pela "potencialização das formas de publicação, compartilhamento e organização das informações, com ampliação dos espaços para interação de usuários" (Velooso, 2023, p. 67). Esse novo momento é conhecido como "Web 2.0" – também chamada de "web social". Nessa fase, os usuários começaram a ter muito mais participação ativa no ambiente online, pois, além de acessar os conteúdos, passaram a poder produzi-los. Naquele momento, houve uma “profusão de blogs, wikis (sites onde visitantes podem colaborar com conteúdo, alterando e incluindo informações sem necessidade de cadastro), compartilhamentos de vídeos e imagens (como o YouTube e Flickr), [...] podcasting, videocasting (programas virtuais de rádio e tv) e as redes sociais” (Velooso, 2023, p. 67-68).

O terceiro momento da internet, chamado de Web 3.0, pode ser definido como *semântico* (Velooso, 2023). Nesse cenário, no qual estamos inseridos, as informações circulantes no ambiente on-line passam a ter um tratamento direcionado à personalização de conteúdos e à interação dos usuários. Para isso, ferramentas inovadoras e constantemente aprimoradas de Inteligência Artificial (IA) colaboram para que a experiência on-line seja cada vez mais dinâmica. Esse panorama possibilita que os algoritmos, conforme aprofundaremos no decorrer deste capítulo, personalizem a experiência dos usuários, ao oferecerem conteúdos

baseados em suas preferências. Essas ferramentas inferem por meio dos nossos dados, aquilo que gostaríamos ou não de ver no ambiente digital. Segundo Veloso (2023), esse momento se caracteriza por

Considerar a interação maior entre usuários e os próprios computadores, ou seja, a possibilidade de participação do usuário no próprio conteúdo gerado, influenciando diretamente a experiência de comunicação e de criação de mídia. Há, portanto, um constante *feedback* entre quem produz e quem recebe o conteúdo. [...] Ainda frise-se que a semântica é ramificação da linguística que estuda o significado das palavras. Logo, a web semântica prima pelo conteúdo e pela segurança de dados, que associados, geram conhecimento e informação para o usuário, mostrando resultados personalizados de acordo com suas especificidades e anseios. (Veloso, 2023, p. 68 e 69)

A evolução da Web está intrinsecamente ligada às funcionalidades que o meio oferece para a expressão das subjetividades, anseios e pretensões dos usuários. A enorme difusão viabilizada pelas redes sociais – como *Facebook*, *Instagram*, *X (ex-Twitter)* e *TikTok* – favorece a formação de grupos de pessoas que se atraem pelas normas de confiança e reciprocidade, já que a conversação pode contribuir para o estreitamento dos vínculos sociais (Matos, 2009). Isso tem impactado fortemente o âmbito político à medida em que os indivíduos encontram nesse espaço a possibilidade de expor suas insatisfações, desejos, além de propor saídas condizentes com seu ponto de vista político.

Isso posto, não é coincidência que, concomitantemente à popularização do acesso à internet em todo o mundo, ocorra o aumento de movimentos sociais cujas “raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça” (Castells, 2013, p. 20). O advento do ambiente web possibilitou às interações sociais alcance e agilidade jamais vistos (Azevedo, 2014). É nos blogs, microblogs, videologs, fotologs, wikis, fóruns de discussão na internet, demais redes sociais digitais, buscadores, agregadores de notícias comunitários etc. – ferramentas classificadas por Silveira (2009, p. 82 e passim) como “construções sociotécnicas” –, em conjunto com a conversação cívica – por meio da qual os membros de uma associação podem expressar suas experiências e refletir sobre elas (Matos, 2009) –, que o ciberativismo se faz presente.

As redes digitais e outras ferramentas interativas constituem-se crescentemente como plataformas para a participação social e o ativismo cívico-político, frequentemente em escala global. É o que vimos no início do século XXI. A partir de um sentimento impulsionador caracterizado por Castells (2013) como uma conjugação de indignação e esperança, uma onda de ciberprotestos surgiu na Islândia, onde as mobilizações foram catalisadas pela crise financeira, despertando na população a centelha que daria início à “Revolução das Panelas”. Em seguida, essa onda tomou o norte da África e o Oriente Médio na chamada Primavera

Árabe. É o que tivemos, por exemplo, na Tunísia, onde houve uma "Revolução pela liberdade e pela dignidade" (Castells, 2013, p. 31).

A mesma onda de protestos logo chegou à Espanha, com o chamado movimento dos “Indignados”; aos EUA, com o Occupy Wall Street, e finalmente ao Brasil, com as jornadas de junho de 2013. Esses movimentos tiveram em comum um acontecimento “insuportável”, ou seja, uma espécie de evento crucial (como a autoimolação do feirante Mohamed Bouazizi na Tunísia diante de um prédio do governo como grito de protesto, ou o aumento das tarifas do transporte coletivo no Brasil), a partir do qual a indignação das pessoas superou seus medos e se transformou em ocupações, greves, enfrentamentos diretos entre civis e policiais e revoltas. Esses eventos foram potencializados pelo ciberativismo – o uso de redes interativas e tecnologias digitais para a mobilização e o enfrentamento político (Milhomens, 2009) – e para transformar o ciberespaço em um grande viabilizador de manifestações políticas.

Entretanto, seria ingênuo pensar que a internet só poderia ser apropriada por forças transformadoras, com o propósito de realizar mudanças progressistas. São muitos os interesses que se servem das possibilidades trazidas pelas ambiências digitais. A progressiva colonização da rede por interesses políticos e comerciais muitas vezes inconfessáveis subverteu as promessas que grassavam nos primórdios deste século, ou seja, que “as novas tecnologias seriam impulsionadoras de uma nova cultura participativa e democrática, em que todos teriam iguais possibilidades de promover suas ideias e opiniões. Muitos chegaram a falar em uma nova era de pluralismo cultural e político” (Palácio, 2023, p. 245).

Passado o período de euforia, e uma vez plenamente alicerçados os novos sistemas de propriedade e modelos de negócios, baseados na lógica dos funcionamentos algorítmicos, ficou claro que nem tudo eram flores. Concorde-se ainda com Palácio (2023, p. 246) quando afirma, a respeito da lógica algorítmica, que seus efeitos colaterais “são o fomento ao individualismo e a uma atitude monológica, de franca negação do contraditório” (Palácio, 2023, p. 246). Nessas ambiências virtuais, algoritmicamente estruturadas, “não existe diversidade e divergências e a necessidade de conviver com perspectivas diferentes pode ser eliminada com o apertar de um botão” (Camargo; Galib; Vedovato; Martini; Oliveira, 2020, p. 130).

Os algoritmos possuem “um plano de ação pré-definido a ser seguido pelo computador, de maneira que a realização contínua de pequenas tarefas simples possibilitará a realização da tarefa solicitada sem novo dispêndio de trabalho humano” (Valentini, 2017, p. 43). Eles são ferramentas incapazes de experienciar acontecimentos como os sentidos do corpo humano. No entanto, “selecionam coisas com base em seus cálculos internos e

preferências integradas, e essas preferências cada vez mais modelam nosso mundo" (Harari, 2018, p. 61). A ideia das redes sociais como meros instrumentos neutros que apenas viabilizam o percurso dos usuários guiados por sua própria vontade é obliterada quando entendemos que a lógica de mercado na internet se dá por meio da mineração e do armazenamento de dados para sua posterior utilização segundo objetivos comerciais e também políticos.

Segundo Junqueira (2023, p. 33), “toda ação realizada na internet deixa um rastro, ou ‘pegada virtual’, que dá aos algoritmos indicações individuais de perfil, interesses, hobbies, hábitos de consumo, crenças e, claro, posicionamento político”. Um exemplo disso é que se os algoritmos captam que um usuário simpatiza com um determinado candidato político, esse será o gancho para que seja fornecido a ele toda sorte de conteúdos relacionados à linha ideológica do candidato. É certo que ele verá frequentemente postagens de contas que não segue, mas com as quais de certo se identificará; assim também será com sugestões de leituras; o usuário será direcionado a seguir personalidades que comungam da mesma opinião etc.

Se por um lado a internet agregou, permitindo a comunicação entre pessoas distantes, proporcionando plataformas mais atrativas de debate, aumentando a produtividade das ações de mobilização (Palácio, 2023), por outro lado também trouxe efeitos nefastos. Os modelos de negócios baseados no uso de algoritmos – que ainda hoje carecem de transparência e escrutínio público – criaram padrões e reforçaram preferências. As postagens que chegam aos usuários são moldadas por meio da “análise dos dados produzidos sobre seus interesses e hábitos” (Araújo, 2023, p. 2). As *timelines* das redes sociais, que até um determinado momento eram ordenadas cronologicamente, hoje são cada vez mais alinhadas a inclinações e preferências. Araujo (2023) afirma que “a tradução da experiência humana em dados comportamentais é o insumo para gestão desses serviços e elaboração de novos produtos” (Araújo, 2023, p. 3).

Uma das consequências do constante refinamento dos algoritmos é a formação das *bolhas digitais*, as quais “podem colocar os usuários da internet em uma posição desfavorável, limitando e enviesando a informação que chega até eles” (Taha; Garcia, 2024, p. 617). Ao contrário das comunidades virtuais – que por sua vez são “construídas com base nas afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre processos mútuos, através da troca ou cooperação, não sendo dependente mais de proximidades e das filiações institucionais” (Pellizzari; Barreto Junior, 2019, p. 61) –, nas bolhas digitais, as “pessoas se aproximam e se relacionam com outras que reforcem suas crenças, valores, ideologia ou visões de mundo”

(Pellizzari; Barreto Junior, 2019, p. 61). As bolhas digitais alicerçadas pelos filtros algorítmicos aguçam o espalhamento de fake news e discursos de ódio, uma vez que os indivíduos pertencentes a estes estritos círculos perceptivos perdem a capacidade de refletir criticamente acerca da desinformação que consomem e propagam.

Por meio de uma pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado sobre a influência das redes sociais no processo de escolha de eleitores e eleitoras nas eleições de 2018, constatou-se que "quase metade dos entrevistados (45%) afirmaram ter decidido o voto levando em consideração informações vistas em alguma rede social" (Agência Senado, 2019). Essa informação reitera o impacto – nem sempre positivo – que essas redes têm no processo democrático contemporâneo, especialmente após a popularização das fake news, que, conforme elucidam Machado e Miskolci (2019) "são notícias falsas disseminadas online visando promover boatos, má-informação e/ou desinformação. As fake news podem emergir a partir de interesses, desejos e perspectivas de indivíduos, empresas ou grupos políticos" (Machado; Miskolci, 2019, p. 964).

A expressão "fake news", que em português significa "notícias falsas", foi considerada "a palavra do ano" em 2017 (Fake..., 2017). O crescimento das menções do termo na internet – que foi de 365% naquele ano – (Fake..., 2017) fomentou "discussões epistemológicas de como a desinformação trajada de notícia deve ser entendida no digital" (Reiff, 2022, p. 34). Note-se, relativamente ao fenômeno das fake news, que "não se trata, meramente, de uma notícia mal investigada ou comunicada, mas de uma informação falsa intencionalmente divulgada para atingir interesses de indivíduos ou grupos" (Reiff, 2022, p. 34).

As eleições brasileiras de 2018 ilustram o quanto as fake news podem beneficiar alguém ou algum grupo em detrimento de outros, de forma desleal e criminosas. São exemplos de fake news amplamente divulgadas no Brasil naquele período, por meio das redes sociais: a "ideologia de gênero" nas instituições de ensino; e a distribuição de "kit gay" – uma espécie de "material educacional anti-homofobia" (Machado; Miskolci, 2019, p. 961). É importante ressaltar que a propagação dessas informações nas redes sociais foi um dos esteios discursivos de Jair Bolsonaro, presidente eleito em outubro de 2018. No entanto, em nosso país, "a disseminação de fake news existe no debate político desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff" (Camargo; Galib; Vedovato; Martini; Oliveira, 2020, p. 131).

A Justiça Eleitoral brasileira empreende esforços para sanear o processo democrático do país à medida que fenômenos ameaçadores, como a propagação de notícias falsas, popularizam-se. Todavia, é certo que as novidades viabilizadas pela tecnologia tornam cada vez mais complexo o processo de participação dos usuários nas redes, fazendo da fiscalização

de qualquer tipo de infração uma missão mais desafiadora. Atualmente, a criação de notícias falsas conta com uma ágil e precisa ferramenta: a inteligência artificial – IA. Ao jornal britânico *The Telegraph*, o pesquisador Yuval Noah Harari afirmou que "esta é a primeira tecnologia na história para criar histórias" (Quetteville, 2023). A inteligência artificial é "uma área multidisciplinar cujo objetivo é automatizar atividades que requerem inteligência humana" (Prado, 2019).

O aumento célere do uso de IA levou o Tribunal Superior Eleitoral, em 2024, a proibir seu uso como ferramenta de criação de conteúdos falsos no processo eleitoral. A proibição se estende ao "uso da inteligência artificial (IA) na propaganda de partidos, coligações, federações partidárias, candidatas e candidatos nas Eleições Municipais de 2024" (Brasil, 2024b). O embargo se faz ainda mais rigoroso quanto ao uso de *deepfake* – "conteúdo em áudio ou vídeo, digitalmente manipulado por IA" (Brasil, 2024b) – durante as campanhas eleitorais. A determinação tem como objetivo também o combate à propagação de conteúdos com teor "antidemocrático, racista, homofóbico, nazista, fascista ou que apresente comportamento ou discurso de ódio" (Brasil, 2024b).

Porém, apesar dos regulamentos e proibições, ocorre que a participação política de cidadãos e cidadãs nas redes sociais é moldada pela lógica das próprias plataformas. Pedrosa e Baracho Junior (2021) elucidam como as redes sociais "mostraram-se importantes ambientes de coleta de informações digitais para formar bancos de dados" (Pedrosa; Baracho Junior, 2019, p. 158). Esse modelo altamente lucrativo às plataformas digitais favorece não só grupos políticos, mas toda sorte de lojas, plataformas de entretenimento etc., que se valem dos rastros digitais deixados pelos usuários – por meio de curtidas e outras interações – para conhecer as inclinações dos mesmos e convertê-los em clientes. Tendo em vista as infinitas possibilidades ofertadas no meio digital, hoje a "disputa é pelo tempo e pela atenção" (Noronha, 2024, p. 3).

Harari (2020) dissertou na obra *Sapiens - Uma Breve História da Humanidade* sobre como a linguagem da nossa espécie evoluiu e se fez única por meio da nossa forma de "compartilhar informações sobre o mundo" (Harari, 2020, p. 34). Entretanto, nas redes sociais, – que são filtrantes e direcionadoras (Pellizzari e Barreto Júnior, 2019) – cada vez menos se pratica a habilidade da partilha, da tolerância, de explorar e conhecer o que se considera diferente. "O usuário perde o controle sobre o seu ciclo social e passa a ser controlado pela decisão de um algoritmo, que vai classificar cada ação feita e escolher as pessoas que mais se assemelham aos seus atos para continuar disponibilizando a informação compartilhada por ela" (Pellizzari; Barreto Junior, 2019, p. 62). Pedrosa e Baracho (2019) são categóricos ao afirmarem que até a liberdade de expressão, um dos pilares da democracia, é

obnubilada "com a política algorítmica que dita aquilo que deve ser visto e informado" (Pedrosa; Baracho Junior, 2019, p. 158).

É oportuno explicitar as diferenças entre opinião e discurso de ódio. Opinar está no campo da liberdade de expressão, que por sua vez está associada à "garantia da pessoa humana e da democracia" (Veloso, 2023, p. 83). A liberdade de expressão favorece o princípio da isonomia, inscrito no art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (Brasil, 1988). O discurso de ódio, diferentemente, acontece quando ocorrem "ideias que incitem a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias" (Meyer-Pflug, 2009, p. 97). De acordo com Sponholz (2020):

Discursos de ódio representam uma pauta específica na agenda da extrema direita, que consiste em depreciar simbolicamente grupos sistematicamente discriminados. Nas plataformas digitais de mídias sociais, esta pauta funciona como um "gancho" para provocar interações entre usuários, possibilitando a formação de redes e a mobilização. (Sponholz, 2020, p. 220)

O discurso de ódio passa a ser, dessa forma, um fator impulsionador para interações nas redes sociais digitais (Sponholz, 2020). Esse comportamento incivilizado favorece não só as redes – que ganham tempo de tela dos usuários – mas as aspirações da extrema direita, que nos últimos anos ascendeu em diversos lugares ao redor do globo propagando esse tipo de discurso. Sponholz (2020) elucida que:

O colega de trabalho ou a vizinha interagem com discurso de ódio racista ou misógino não necessariamente por terem uma postura subjetiva assumida contra estes grupos, mas por causa do vínculo social com quem postou o conteúdo. As interações, por sua vez, são convertidas em dados, permitindo conectar usuário e conteúdos. Com isso, estes passam a integrar uma rede. Portanto, seja qual for o motivo para a interação, o resultado é o mesmo: usuários e conteúdos sendo conectados em torno de discursos de ódio. (Sponholz, 2020, p. 231)

Nesse sentido, a prática de discursos de ódio favorece a lógica das redes sociais, uma vez que o interesse destas não é julgar o valor do que está circulando, e sim serem cada vez mais acessadas pelos usuários. A relevância das redes sociais só é mantida se houver um grande volume de interações por comentários, curtidas, compartilhamentos etc. Dessa forma, a relação entre quem diz e quem rebate o que é dito configura uma mobilização que interessa muito para as plataformas na manutenção de suas popularidades.

Não são raras as confusões na interpretação do que é liberdade de expressão e discurso de ódio – práticas muito distintas. Elon Musk, que é dono da rede social X (antigo Twitter), acusou a Suprema Corte brasileira de censura quando o Ministro Alexandre de Moraes solicitou que os perfis de usuários envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 – evento que será explorado no próximo capítulo deste trabalho – fossem retirados do ar

(5 perguntas..., 2024). O não cumprimento da medida – motivada pela constatação de propagação de fake news e ideias golpistas por usuários do X – desdobrou-se numa série de tensões entre o Judiciário brasileiro e Musk, culminando no bloqueio por tempo indeterminado da plataforma no Brasil (5 perguntas..., 2024). De acordo com a ONG *Center for Countering Digital Hate* (CCDH, 2022), a gestão de Musk como proprietário da plataforma é inoperante no combate ao discurso de ódio no X, "não apenas permitindo os tuítes problemáticos como também impulsionando" (Elon..., 2024) conteúdos racistas, homofóbicos, neonazistas e antissemitas. Elon Musk chegou a mover uma ação contra a CCDH contestando os métodos de coleta dos dados e alegando que tudo faz parte de uma conspiração contra a liberdade de expressão (Elon..., 2024), mas não teve sucesso perante a Corte norte-americana.

Como vimos anteriormente, a circulação do discurso de ódio é uma prática que favorece a lógica das plataformas digitais, pois as interações assim geradas contribuem para o aumento da movimentação dos usuários por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos. Desta forma, até refutar esse discurso, "ao invés de combater o problema, pode contribuir para aumentar a sua visibilidade" (Sponholz, 2020, p. 233). O discurso de ódio nem sempre é enunciado por meio de insultos explícitos, muitas das vezes o é por meio de memes e GIFs nos quais, de forma simbólica, minorias e grupos discriminados são atingidos. A forma como esse tipo de discurso se encontra disseminado nas redes sociais é por vezes sutil e tem sido cada vez mais normalizada.

Assim, o "potencial emancipatório da internet" (Palácio, 2023, p. 246), embora real, foi muitas vezes romantizado, fazendo com que, pelo menos em um primeiro momento, não se percebessem os efeitos negativos dos modelos de negócios oriundos da apropriação da internet por grandes empresas. Esse modelo favoreceu a normalização de conteúdos misóginos, racistas, homofóbicos etc., fazendo da internet, como fica claro nos dias de hoje, um espaço propício ao espalhamento dos ideais da extrema direita, que têm ganhado adesão nos últimos anos, como se vê na ascensão do bolsonarismo, no Brasil, e do trumpismo, nos Estados Unidos.

A evolução da internet possibilitou a migração dos discursos de ódio para as redes sociais, frequentemente disfarçados como piadas depreciativas. Contrariando a visão utópica de uma internet democrática e inclusiva, observa-se que as diferenças raciais, sociais e regionais persistem e se manifestam online. (Menezes; Mattos, 2024, p. 3)

O MBL vale-se do sensacionalismo para compartilhar conteúdos alarmantes e convidativos. A elaboração dessas postagens, muitas das vezes, lança mão de fake news sobre

temas de forte apelo, como uma suposta institucionalização da "ideologia de gênero" nas escolas. Roger Scar, antigo editor-chefe de um blog chamado "Jornalivre" – cujos recortes eram postados usualmente nas redes do MBL – revelou que o grupo pedia com frequência que notícias falsas fossem publicadas no site (Toledo, 2019). O movimento negou a veracidade dessa prática. No entanto, o MBL seguiu recebendo acusações de divulgação de fake news. Mais recentemente, o grupo tornou-se alvo de um inquérito da Polícia Federal pela suposta propagação de notícias falsas sobre o presidente Lula aprovar "aborto e mudança de sexo" (PF..., 2024). Apesar de postarem informações como se fossem uma espécie de jornal – com chamadas como "agora" – o histórico do MBL demonstra que o grupo tem mais compromisso com a desinformação do que com a apuração e veiculação responsável dos fatos.

Os conteúdos produzidos pelo MBL atestam que o aumento da circulação de fake news e da manifestação dos discursos de ódio nas redes sociais não é apenas uma fria consequência da algoritmização do meio digital, mas decorre, sobretudo, “de esforços orgânico-subjetivos que envolvem um discurso e uma militância ativa” (Palácio de Azevedo, 2024, p. 53). A seguir, analisaremos as postagens feitas pelo movimento no dia 8 de janeiro de 2023, a fim de demonstrar como esses esforços, por mais sutis que sejam, favorecem o clima de hostilidade e desinformação no meio digital.

4. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS POSTAGENS DO MBL NO 8 DE JANEIRO

4.1 O Instagram como meio de participação política

O Instagram foi criado em outubro de 2010, pelos programadores Kevin Systrom e Mike Krieger. A princípio, o intuito da rede social era “resgatar a nostalgia instantânea cunhada ao longo de vários anos pelas câmeras fotográficas modelo Polaroid, cujas fotos revelavam-se no ato do disparo” (Ribeiro; Moscon, 2018, p. 41), no entanto, o aplicativo tem evoluído constantemente nesses quase 15 anos de existência. Ramos e Martins (2018) esclarecem que:

A gênese do Instagram está na criação do aplicativo Burbn, em 2010, cuja proposta era de agrupar várias funções, em que os usuários poderiam compartilhar localização, imagens, vídeos, planos para o fim de semana. A fim de trazer uma proposta mais simples, Kevin Systrom e Mike Krieger optaram por uma das funções planejadas, a que consideraram mais atrativa: a fotografia. No final de 2010, o Burbn se converteu no Instagram, mesclando dois conceitos: o de câmera instantânea (instant camera) e o de telegrama (telegram). Nessa versão, tanto é possível aplicar filtros às imagens, quanto compartilhá-las em redes como Facebook e Twitter, dando ao aplicativo o status de rede social. (Ramos; Martins, 2018, p. 120, 121).

O Instagram foi comprado por Mark Zuckerberg em 2012 por 1 bilhão de dólares. Na época, a rede social possuía mais de 30 milhões de usuários (Grego, 2012). Dados recentes apontam que, mundialmente, "o número total de usuários ativos mensais do Instagram cresceu 13 milhões só no último trimestre de 2023, totalizando 1,47 bilhão" (Martins, 2024), e que, no

Brasil, a quantidade de usuários do Instagram é de aproximadamente 113,5 milhões (Kemp, 2023). Os expressivos números são uma das consequências do constante aprimoramento funcional que torna o aplicativo cada vez mais dinâmico. Se no início de sua história a plataforma permitia apenas que os usuários postassem fotos carregadas dos filtros que a rede oferecia, as "alterações que promoveram maior interação entre usuário e aplicativo" (Ramos; Martins, 2018, p. 121) tornaram-no cada vez mais utilizável para diversos fins. As formas que os usuários do Instagram têm de compartilhar conteúdos se expandem cada vez mais. Publicações podem ser adicionadas em formato de *stories*, *reels*, no *feed*, e por meio de *lives*. A plataforma também disponibiliza diversas ferramentas de interatividade, como enquetes, caixas de perguntas e botões de reação. De fato, essa é uma rede social que convida o usuário a interagir a todo momento.

Nos primórdios do Instagram, o critério de disponibilização de conteúdos no *feed* (página principal) obedecia à ordem cronológica – as postagens mais recentes eram priorizadas em relação às mais antigas. Atualmente, o caminho que os conteúdos percorrem para chegar aos usuários independe do tempo em que foram postados; o percurso é mediado pelos algoritmos. O objetivo é priorizar, nos *feeds*, os posts mais importantes para a experiência de cada internauta (Costa, 2024). Importa destacar que

A construção de funcionalidades como os feeds de plataformas on-line é orientada para o desenvolvimento dessa sensação de instantaneidade, caracterizada pela produção de uma sensação de inconstância, esperando, a cada atualização do feed, a apresentação do inesperado (Araújo, 2023, p. 5)

A relevância do que é compartilhado pelos usuários, por sua vez, é estimada de forma orgânica por meio do engajamento – conjunto de métricas que mensuram o alcance social da postagem, como o número de curtidas, compartilhamentos, comentários e demais interações geradas a partir dele. O Instagram possibilita também que o usuário melhore suas métricas de engajamento por meio de anúncios pagos – recurso conhecido como “impulsioneamento”, que aumenta o alcance das publicações de acordo com o valor investido.

As transformações ocasionadas pela complexificação das *affordances* das redes “fornecem ao público as ferramentas necessárias não apenas para disseminar informações de forma massiva, mas também para gerar diálogo e debate” (Téran; Wendpap, 2021, p. 279). A internet favorece a participação política ao facilitar o engajamento da população em temas de interesse comum. É bastante corriqueiro testemunhar usuários cobrando autoridades, mobilizando-se em defesa de causas sociais e questionando decisões da administração pública. Essa nova dinâmica relacional entre governantes e governados, já não mais mediados pelos meios de comunicação de massa, faz com que o investimento em uma boa comunicação

digital seja um dos pontos fulcrais para a plena governabilidade das gestões públicas na contemporaneidade.

Mais do que uma “ferramenta que permite materializar os momentos vividos em fotografias e vídeos, transformando-os em memória” (Gouveia; Guimarães, 2015, p. 23), o Instagram tornou-se um espaço de deliberação, no qual os usuários encontram um meio para se sentirem ouvidos, compreendidos e engajados a respeito dos mais diversos assuntos. É certo que “na contemporaneidade, o mundo virtual se expandiu e junto com ele houve a expansão do social, pois agora, é possível compartilhar aspectos da vida particular com outros usuários do ambiente virtual, criando relações virtuais” (Ribeiro; Moscon, 2018, p. 37).

Importante ressaltar, aqui, que “nenhuma tecnologia jamais foi capaz de inventar realidades. Elas são, fundamentalmente, mídias, ou *mediações*. Enquanto tal, não *causam* nenhum fenômeno, mas introduzem vieses que favorecem certos direcionamentos” (Cesarino, 2022, p. 8). Dessa forma, o Instagram ganha sentido para os ativistas na mobilização política ao possibilitar a articulação e o compartilhamento de “saberes e experiências das causas que oxigenam suas atuações frente a demandas ou conflitos de ordem social, política, educacional, cultural, ambiental e ideológica” (Cristo; Aragão, 2019, p. 654).

As redes sociais são um espaço amplo e fértil para o surgimento de discussões a respeito dos mais diversos temas. “Cada vez mais acessível com o barateamento dos smartphones e pacotes de dados, a internet tornou-se a principal arena de comunicação política do país” (Cesarino, 2022, p. 6). É válido ressaltar, no entanto, que nem todos os usuários utilizam as redes para postar com frequência; alguns preferem interagir com os conteúdos do que produzi-los. “As redes sociais possuem diversos tipos de usuários, dentre eles, aqueles que fazem do ambiente virtual um diário eletrônico, onde há registros em tempo real, em demasia, e outros que o fazem moderadamente” (Ribeiro; Moscon, 2018, p. 46).

Grupos como o Movimento Brasil Livre fazem uso das ferramentas disponibilizadas pelo Instagram para conectar-se com seguidores, simpatizantes e até não simpatizantes, já que, por conta dos algoritmos, as postagens não chegam apenas para quem segue determinado perfil, mas para todos aqueles que fazem parte do público inclinado a se engajar, com elogios ou críticas às publicações postadas por ele. O MBL possui 837 mil seguidores em seu perfil oficial no Instagram, que é sua rede de maior alcance, aquela na qual o grupo possui o maior número de seguidores.

Um dos fatores que proporcionaram ao MBL uma rápida ascensão nas redes sociais é a habilidade do grupo em compartilhar suas ideias de forma lúdica nas redes sociais. É principalmente por meio de postagens que o movimento conversa com o público jovem. O

MBL utiliza seu perfil no Instagram de forma bastante ativa para compartilhar conteúdos orientados pela ideologia do grupo, abordando de forma recorrente os principais acontecimentos da conjuntura.

No dia 8 de janeiro de 2023 não foi diferente: o Movimento Brasil Livre utilizou seu perfil no Instagram para comentar as agitações que atraíam a atenção de todo o país. Naquela data, hordas extremistas ligadas à liderança de Jair Bolsonaro se concentraram em Brasília e hostilmente invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

4.2 Sobre o 8 de Janeiro de 2023

O 8 de janeiro de 2023 foi um domingo que ficou eternizado na história do Brasil como o dia em que a democracia brasileira foi violentamente atacada. Uma semana após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, iniciando seu 3º mandato como chefe do Poder Executivo, golpistas insurgiram-se em Brasília de uma forma sem precedentes na história do país. Segundo Avritzer (2023):

O golpismo materializou-se por dois elementos completamente distintos: de um lado, uma invasão da Esplanada com o objetivo de atacar as três instituições centrais da República: a Presidência, o Congresso e o STF. Do outro lado, uma omissão criminosa das forças de segurança, em especial da Polícia Militar do DF, que vulnerabilizou os prédios dos três Poderes (Avritzer, 2023).

Os distúrbios foram desencadeados pela insatisfação de milhares de extremistas com o resultado das eleições presidenciais de 2022, que culminou com a derrota de Jair Bolsonaro. Descontentes, seus apoiadores "bloquearam estradas em diferentes pontos do país em protesto contra o resultado. Depois, os protestos foram migrando para a frente de quartéis" (A rotina..., 2022). O grupo insatisfeito clamava por "uma intervenção das Forças Armadas para anular a eleição e impedir a posse de Lula" (A rotina..., 2022) e expunha a desconfiança em relação ao resultado das eleições. O próprio ex-presidente Bolsonaro, que concorria à reeleição em 2022, duvidou publicamente da idoneidade do resultado do pleito várias vezes (Borges; Chapola, 2022). Em outras ocasiões, o ex-presidente chegou a defender a volta do voto impresso (Presidente..., 2021). Segundo afirma Cavalcante (2023),

O dia 8 de janeiro seria uma reação violenta da base neofascista à vitória política de Lula nas eleições e, principalmente, à vitória simbólica no ato da posse uma semana antes. O projeto de nação representado na subida da rampa e a multidão que estava em Brasília não apenas emocionaram e revigoraram o campo democrático, como devem também ter aterrorizado moralmente os derrotados.

Os atos foram objeto da ação do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda hoje processa diversos participantes do episódio. O 8 de janeiro também deu margem a uma

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional. No Relatório Final da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 lê-se que:

Para assegurar que o projeto político egoístico em que acreditavam prevalecesse sobre a escolha popular, caluniaram, difamaram e injuriaram quem quer que não subscrevesse a mesma opinião; bloquearam ativamente vias públicas, e impediram o direito de ir e vir de outros cidadãos; fizeram, em público, propaganda de processos violentos e ilegais para alteração da ordem política democrática; tentaram mudar, com emprego de violência, o regime vigente e o Estado de Direito. Cada uma dessas condutas, todas elas tipificadas no Código Penal, foi rotinizada e banalizada como instrumento de um projeto de poder (Brasil, 2023).

A tentativa de golpe foi frustrada. No entanto, as marcas deixadas no atentado sinalizaram desafios expressivos para o Brasil na qualidade de Estado democrático de direito, caracterizado pela “participação democrática do povo em seu processo político, respeitando sempre as diferenças estruturais existentes entre as pessoas, tais como etnias, diferentes crenças e cultura, situação social etc.” (Kammer, 2003, p. 2).

Os prejuízos mensuráveis que as depredações causaram aos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário chegaram a mais de R\$ 16 milhões (Porto, 2024). Naquele criminoso episódio, os vândalos quebraram objetos decorativos, roubaram armas, depredaram gabinetes, esfaquearam obras de arte, destruíram eletroeletrônicos, entre outros atos de vandalismo, que devastaram prédios e patrimônio público.

Para além dos prejuízos tangíveis, os atos golpistas de 8 de janeiro escancararam a hostilidade e o ódio de uma parcela da população brasileira não só em relação ao presidente eleito, mas às instituições republicanas – representadas por suas respectivas sedes na Praça dos Três Poderes em Brasília.

A livre expressão e manifestação evidentemente são garantidas pela Constituição brasileira. Ocorre que as empreitadas golpistas do 8 de janeiro foram uma clara negação dos ideais civilizatórios almejados desde o processo de redemocratização do Brasil. O acontecimento foi fortemente repudiado pelas instituições da República. Em nota, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) repudiou as manifestações antidemocráticas que culminaram na invasão e depredação dos prédios e instalações dos Poderes da República.

A Democracia brasileira, da qual devemos nos orgulhar, é uma obra de todos os cidadãos e cidadãs deste país e não se compagina com as práticas de vandalismo e de terrorismo político, que devem ser rigorosamente repreendidas pelas autoridades de segurança, responsáveis pela garantia da ordem pública (Maranhão, 2023).

Mais de 200 pessoas já foram condenadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) devido ao envolvimento com os atos golpistas (Falcão, 2024). A "maioria dos sentenciados foi condenada por crimes como abolição violenta do Estado democrático de direito e golpe de

Estado" (Falcão, 2024). Um ano após o acontecimento, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso declarou:

O 8 de janeiro mostrou que o desrespeito continuado às instituições, a desinformação e as acusações falsas e irresponsáveis de fraudes eleitorais inexistentes podem levar a comportamentos criminosos gravíssimos. Porém, mostrou a capacidade de as instituições reagirem e fazerem prevalecer o Estado de Direito e a vontade popular. A lição é que atos criminosos como esses trazem consequências e que não é possível minimizar ou relativizar o que aconteceu. As punições estão vindo e cumprindo um dos papéis do Direito Penal, que é dissuadir as pessoas de voltarem a agir assim no futuro. Embora possa parecer paradoxal, a democracia brasileira saiu fortalecida do episódio. (Brasil, 2024a).

Após essa breve descrição dos acontecimentos do 8 de janeiro, cabe abordar aquele que é o objetivo central deste trabalho: proceder a uma análise de como se deu a atuação do MBL diante do episódio. Para isso, a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Sá Martino (2018), buscaremos identificar, ao analisarmos as postagens que o movimento realizou no Instagram naquele dia, de que forma o MBL endossa esse clima de hostilidade ao cooperar para a circulação de fake news e discursos de ódio nas redes sociais.

4.3 Metodologia

A análise de conteúdo é uma técnica desenvolvida no início do século XX, que passou por diferentes momentos até concretizar-se na forma pela qual realizaremos a investigação que este trabalho se propõe. Durante seu período de evolução, a técnica já esteve fortemente atrelada ao paradigma positivista, o qual preconiza o tratamento objetivo, matemático e quantitativo dos dados. No entanto, a análise de conteúdo avançou no sentido de possibilitar a sua utilização na interpretação qualitativa dos objetos, possibilitando o aprofundamento interpretativo das mensagens expostas.

Segundo Minayo (2007, p. 24), a análise de conteúdo “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Por isso, essa metodologia é extremamente propícia a quem se propõe a compreender profundamente o conteúdo de mensagens, pois essa técnica permite ao pesquisador elaborar diversas interpretações, capazes de explorar amplamente significados e nuances acerca do que está sendo analisado.

Na visão de Sá Martino (2018), o objetivo da análise de conteúdo é "desmontar as mensagens, mostrando aspectos despercebidos em um primeiro momento" (Sá Martino, 2018, p. 157). Essa técnica se debruça, portanto, em trazer à luz os significados ocultos de uma mensagem. É o que procuraremos fazer a seguir, lançando mão das técnicas propostas por Sá Martino (2018), as quais consistem nos seguintes procedimentos: 1) delimitação do número

de mensagens que serão analisadas; 2) leitura prévia do material; 3) descrição do material; 4) identificação das unidades de análise (divisões operadas em uma mensagem para mais bem entendê-la); 5) definição das categorias de análise (elementos destacados em uma mensagem para mais bem compreender seus sentidos). Por meio das categorias, é possível encontrar "a presença ou a ausência de determinados temas, a repetição de certas expressões ou a associação de palavras a pessoas ou entidades" (Sá Martino, 2018, p. 160). A delimitação, a leitura do material e a coleta de dados foram realizadas a partir da seleção das postagens que o Movimento Brasil Livre fez no Instagram ao longo do dia 8 de janeiro de 2023. Ao todo, foram contabilizadas **5 postagens**, que foram divididas em **3 unidades de análise**. A seguir, as postagens serão descritas a partir dessas unidades de análise, que são: a) formato do conteúdo; b) texto da legenda; c) descrição do conteúdo postado.

Postagem 1:

- a) Formato do conteúdo: *Reels*
- b) Texto da legenda: "Agora: bolsonaristas tomam o Congresso Nacional" (MBL, 2023b).
- c) Descrição do conteúdo: Milhares de pessoas concentradas no gramado em frente ao Congresso Nacional e avançando para invadir o local. A maioria vestindo verde e amarelo e carregando bandeiras do Brasil.

Postagem 2:

- a) Formato do conteúdo: *Reels*
- b) Texto da legenda: "Agora: bolsonaristas invadem área que dá acesso ao Palácio do Planalto" (MBL, 2023a).
- c) Descrição do conteúdo: Milhares de pessoas carregando bandeiras do Brasil, vestindo verde e amarelo, encaminhando-se em direção ao Palácio do Planalto.

Postagem 3:

- a) Formato do conteúdo: *Reels*
- b) Texto da legenda: "Plenário do STF agora" (MBL, 2023c).
- c) Descrição do conteúdo: Vândalos depredando o interior do Plenário do STF.

Postagem 4:

- a) Formato: *Reels*
- b) Texto da legenda: "Policial derrubado e espancado em Brasília" (MBL, 2023d).
- c) Descrição do conteúdo: Centenas de pessoas vestindo verde e amarelo, derrubando e violentando um policial montado em um cavalo em frente ao STF.

Postagem 5:

- a) Formato do conteúdo: *Card*
- b) Texto da legenda: não há legenda.
- c) Descrição do conteúdo: Na parte superior do card, uma foto de Lula lendo um documento, segurando um microfone. Na parte inferior do card, o texto: "Urgente, Lula anuncia decreto de intervenção federal no Distrito Federal" exposto em caixa alta (MBL, 2023e).

As categorias por nós definidas são os termos "**bolsonaristas**" (empregado em duas legendas) e "**agora**" (constante de três legendas); o estilo do card postado; a postagem de vídeos gravados por celulares, de autoria desconhecida; e a ausência de críticas firmes aos atos golpistas.

4.4 Discussão das categorias de análise

Apesar do número relativamente pequeno de postagens do MBL no Instagram em 8 de janeiro de 2023, é identificável que o grupo utilizou elementos comuns na rotina de suas postagens naquela rede social. É por meio de conteúdos de elaboração simples – como a postagem de vídeos que circulam de forma viral pela internet, de autorias quase sempre desconhecidas – que o MBL alimenta diariamente seu *feed*. A dinamicidade das redes sociais favorece a circulação de conteúdos de *design* modesto, mas capazes de imprimir na tela informações imediatas que possibilitam ao usuário a sensação de estar atualizado. Segundo Cesarino (2022), na contemporaneidade, o "acesso ao mundo"

Passa a depender da entrega ininterrupta e supostamente direta de eventos por suas redes: as "*breaking news*", os vídeos de celulares e câmeras de segurança, os testemunhos de pessoas comuns, os relatos em primeira mão. Visto que cada usuário recebe dos algoritmos uma internet personalizada, é de se esperar que "o mundo real" em que cada um vive se torne também personalizado. (Cesarino, 2022, p. 169)

Não é raro notar o MBL utilizando a expressão "agora" tanto nas legendas quanto nos textos dos cards (note-se o uso, no card selecionado, da palavra "urgente", de sentido similar). Essa expressão é uma chamada instantânea de premência, uma espécie de apelo à atenção plena do usuário, em função de algo que está na iminência de acontecer. Essa dinâmica atrai não só quem se identifica com o teor do que é postado, mas também quem discorda da forma em que os fatos são explicitados. Para Cesarino (2022), "a valência do conteúdo interessa menos que o simples fato do engajamento: para os algoritmos, é indiferente se a expressão for de amor ou de ódio" (Cesarino, 2022, p. 167). O que interessa nesse caso ao MBL é a viralização desses conteúdos. Para tanto, nem a sofisticação, tampouco o caráter verídico ou

inverídico das informações, são requisitos para a divulgação delas. O que importa é se o nível de assimilação das postagens é fácil e sensacionalista a ponto de gerar um rápido engajamento.

O perfil do MBL no Instagram não é jornalístico, ou seja, não há um compromisso fundamental com a verdade (Fenaj, 2007). A linha seguida pelo Movimento Brasil Livre nessa rede social é a postagem de acontecimentos atuais – por vezes com teor sensacionalista – enlaçadas ao entretenimento, buscando atrair a atenção dos usuários para os conteúdos divulgados. O formato reels, aliás, se presta bem a isso: trata-se de um recurso dinâmico de reprodução de vídeos no Instagram. Eles possibilitam a criação e o compartilhamento de clipes curtos, e a disponibilização vertical destes. Antes, não havia uma aba própria para a visualização dos vídeos na rede. Atualmente, os Reels possuem um espaço exclusivo na página principal do Instagram, oportunizando aos usuários uma experiência mais instantânea e personalizada.

Quanto aos *cards* observados no *feed* do MBL, como o que foi postado no dia 8 de janeiro, não é raro que sejam elaborados com fontes grandes e chamativas, e com cores vibrantes: o impacto é muito importante em uma rede em que a disputa de atenção se faz presente o tempo todo. Sobre as origens da chamada "economia da atenção", Cesarino (2022) afirma que:

Em *The Attention Merchants*, Tim Wu (2016) localizou a origem da economia da atenção no início do século XIX nos Estados Unidos. Na década de 1830, o jornal *New York Sun* resolveu arriscar uma forma diferente de fazer dinheiro, invertendo a lógica econômica prevalente no setor até então. Em lugar de vender conteúdos de qualidade para leitores educados capazes de pagar por eles, o *The Sun* passou a vender conteúdos de baixa qualidade a um preço irrisório, para o maior número possível de leitores. Assim, ele fazia dinheiro não pela venda de conteúdo para seus leitores, mas pela venda da atenção desses leitores para anunciantes. A qualidade do conteúdo não importava: pelo contrário, eram as matérias sensacionalistas sobre crime, violência, sexo e fofocas que mais vendiam. Outros jornais passaram a copiar a estratégia, e a competição entre eles levou a uma *race to the bottom*: uma corrida para o "fundo do poço". Em 1835, o *The Sun* chegou ao ponto de publicar uma matéria ilustrada anunciando que um telescópio havia observado humanoides com asas habitando a Lua. A mentira nunca foi retratada e o jornal seguiu vendendo. (Cesarino, 2022, p. 165)

O MBL não hesitou em logo classificar os vândalos que depredaram a sede dos Poderes no 8 de janeiro como "bolsonaristas". Apesar de ter sido "integrante do consórcio que ajudou a eleger Jair Bolsonaro" (Sayuri, 2022), endossando sua candidatura em 2018, a relação entre o MBL, o ex-presidente do Brasil e seus apoiadores terminou desgastada. O MBL "declarou romper com o bolsonarismo em 2019 e chegou a convocar protestos na pandemia de covid-19 pedindo o impeachment de Bolsonaro em 2021, mas os atos não vingaram" (Sayuri, 2022). Mori (2021) alerta que "o MBL foi um dos primeiros a abandonar

o barco, alguns meses após a posse, quando Bolsonaro começou a dar sinais de que sua postura quanto à economia não seria liberal, como prometeu durante a campanha" (Mori, 2021). Durante o governo de Jair Bolsonaro, ao ser questionado sobre os motivos que causaram a ruptura entre o MBL e Bolsonaro, Kim Kataguiiri afirmou que o grupo "teve momentos de embate e de crítica [...] em relação a uma agenda que se tornou estatizante, [...] e retrocessos na agenda de combate à corrupção" (Kataguiiri, 2021). Kataguiiri ainda afirmou que "não é a gente que está se afastando da agenda do presidente da República, é a agenda dele que mudou da campanha para o exercício do mandato" (Kataguiiri, 2021).

Porém, é importante notar que, apesar da prévia classificação dos golpistas como "bolsonaristas", o MBL não empreendeu nenhum tipo de crítica mais firme aos vândalos em suas postagens no Instagram naquele dia. Sabe-se que o 8 de janeiro não foi um episódio aleatório, o caminho que culminou nos atos antidemocráticos foi pavimentado por uma sucessão de acontecimentos que desafiaram a democracia, muitos deles com participação enfática do MBL. Sabe-se que isso está bem longe da cultura liberal – pelo menos se falamos de liberalismo clássico – na qual o MBL diz se encaixar. No entanto, à medida que saímos da seara do liberalismo clássico e passamos a falar em neoliberalismo, a coisa muda de figura:

A racionalidade mercantil e gerencial estruturante do neoliberalismo faz da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo que acena ao esgotamento da ideia de democracia como forma política, ao subverter a concepção de cidadania ligada à proteção social como consequência lógica da democracia política. Não se trata de um simples desencantamento democrático passageiro, mas de uma mudança radical e de uma dessimbolização que afeta o modo de fazer política. Nesse cenário, a figura do cidadão dá lugar ao homem empreendedor, o sujeito ao qual a sociedade nada deve, aquele que tem que se esforçar para conseguir o que quer, de acordo com os valores da meritocracia. A referência da ação política não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor, que é o único responsável pelo empreendimento de si. O político passa a enfatizar a lógica da racionalidade econômica. Esse modelo atenta diretamente contra a dinâmica democrática da cidadania inclusiva, reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação. (Verbicaro, 2021, p. 29).

Assim, apesar das divergências com Bolsonaro, não é difícil compreender a ausência de críticas mais profundas por parte do MBL a respeito dos atos golpistas. As preocupações do grupo concentram-se na lógica neoliberal que prioriza "agendas políticas, econômicas e sociais baseadas em uma pauta de ajuste fiscal e repúdio ao social" (Verbicaro, 2021, p. 28-29). Ora, essas agendas não são compatíveis com uma democracia plena.

O 8 de janeiro foi alicerçado pelas forças conservadoras descontentes, entre outros pontos, com as pautas de inclusão, respeito e valorização da diversidade que possuem destaque no governo de Lula, chefe do Executivo, e que têm recebido atenção ampla dos Poderes Legislativo e Judiciário também. Apesar de se declarar em rompimento com

Bolsonaro, o grupo, uma vez defrontado com o comportamento anticivilizatório dos bolsonaristas, exprimiu nas redes uma espécie de consentimento tácito, abstando-se de uma atitude crítica para focar-se apenas em “apresentar os fatos” a partir de técnicas consagradas com a economia da atenção. No mais, o movimento continua se mostrando indiferente ao racismo, à homofobia, ao etarismo etc., e demonstra um continuado repúdio às minorias. Como afirma João Filho (2020),

O MBL rompeu com o bolsonarismo, mas, por mais que negue, permanece dentro da extrema direita no espectro ideológico. Não foi um rompimento por desacordo ideológico, mas uma estratégia política para manter o falso discurso de independência em pé. Basta ver as pautas das candidaturas dos seus principais líderes. Mamãe Falei iniciou sua campanha focado em acabar com a cracolândia e empreendeu uma perseguição pública contra o padre Julio Lancellotti, que dedica sua vida a ajudar os moradores em situação de rua da região. Fernando Holiday segue com sua campanha centrada em pautas moralistas e ataques contra as pautas em defesa das minorias. (João Filho, 2020).

João Filho (2020) ainda é categórico ao afirmar que, na verdade,

O que norteia as ações do MBL não são seus princípios e valores, mas o oportunismo político. Depois de ajudar a organizar a revolta do país contra a corrupção do último governo petista, o grupo se viu no papel de amenizar a revolta do país contra a corrupção da família de um presidente que eles haviam acabado de ajudar a eleger. (João Filho, 2020)

Nesse sentido, por mais que o MBL tenha se posicionado, posteriormente, de forma contrária aos atos golpista do 8 de janeiro e tenha categorizado os vândalos como "bolsonaristas", a ausência de uma apreciação substancial sobre os atentados nas postagens do dia 8 de janeiro mostra que, ideologicamente, o grupo não se acha tão distante dos apoiadores de Bolsonaro. Ramos (2020) explica que, "enquanto fenômeno político orientado por uma ideologia conservadora, o bolsonarismo antagoniza bandeiras e agendas relacionadas aos direitos humanos, em ampla medida consideradas como antagônicas aos ditos valores tradicionais" (Ramos, 2020, p. 5). As postagens do MBL convergem com essa linha de pensamento, uma vez que constantemente provocam interações a respeito de temas como uma suposta "inversão dos valores tradicionais" da sociedade. Brum (2019) ajuda a elucidar a forma como o MBL atua para continuar sendo relevante, por meio de postagens sobre temas e práticas que “afrontam os bons costumes”:

O MBL tem usado essa tática desde 2017, quando percebeu o potencial de usar os temas chamados “morais” para manter o ódio ativo e os seguidores mobilizados. A estratégia funcionou (muito) bem quando uma massa de brasileiros se deixou convencer de que o grande problema do Brasil eram os pedófilos nos museus. Durante semanas, a falsa controvérsia ocupou as redes sociais. Protestos diante de centros culturais foram organizados contra artistas e curadores de exposições. O ataque era também contra a cultura e o financiamento da cultura, sempre relegados no Brasil, mas ainda assim alvos de ódio. (Brum, 2019).

O Movimento Brasil Livre sempre se mostrou mais disposto a lidar com os fatos por meio de memes, montagens e humor, em lugar de confrontar o que é repudiante à democracia com a seriedade necessária. Muitas vezes, em suas redes sociais, o grupo trata como "mimimi" lutas por inclusão e igualdade. Um exemplo disso foi o vídeo postado pelo grupo em 2019, quando a seleção brasileira foi eliminada da Copa do Mundo Feminina que acontecia na França. Naquele contexto, muito se contestava a desigualdade salarial entre homens e mulheres profissionais de futebol. O vídeo postado pelo MBL tem como título "'Meninas do futebol' não são heroínas! Parem de mimimi" (Santos, 2019). Pasinato e Oliveira (2023) revelam, sobre as origens do termo "mimimi", que:

As primeiras vezes em que a palavra teria sido usada remontam ao personagem Mr. Beaker – conhecido no Brasil como Jairo - do seriado The Muppet Show, criado por Jim Henson, que foi ao ar na TV, entre 1976 e 1981 nos EUA e, no Brasil, a partir de 1973. No programa, Mr. Beaker é assistente e cobaia do Dr. Bunsen Honeydew e, como cobaia, sofre várias torturas no ar. Entretanto, o personagem não fala, apenas emite meeps (sons e gritos semelhantes aos de animais). Um desses sons aparece como “mimimi”. (Pasinatto; Oliveira, 2023, p. 3).

A expressão, no entanto, popularizou-se nos últimos anos na internet, sendo usada para rechaçar o que seriam supostamente reclamações exageradas e queixas excessivas. De acordo com os autores supracitados, no Brasil, especialmente a partir da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, “houve um deslocamento de sentidos da expressão, que passou a ser usada sobretudo por simpatizantes e alinhados com a ‘extrema direita’, como forma de menosprezar as minorias e negar os direitos fundamentais garantidos aos cidadãos” (Pasinatto; Oliveira, 2023, p. 4)

É certo que, apesar das divergências eventuais entre o MBL e Bolsonaro, há tantos pontos de convergência entre o grupo e os seguidores do ex-presidente que se torna praticamente impossível, aos primeiros, tecerem uma crítica robusta, capaz de atacar as raízes do bolsonarismo. Afinal, por mais que tentem se diferenciar, é incontornável o fato de que há ideias, orientações, afetividades e, enfim, valores que, em última instância, unificam ambas as correntes.

5. CONCLUSÃO

O Movimento Brasil Livre teve grande protagonismo na mobilização da política nacional por meio das redes sociais no contexto pós-junho de 2013, momento em que o grupo se tornou um dos principais agentes das mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff e angariou a confiança de parcelas da população, de setores da mídia e de parte considerável do mundo político.

O MBL se fortaleceu utilizando artifícios bastante eficazes para chamar atenção do seu público-alvo (jovens com inclinações políticas à direita) nas redes sociais: o grupo constantemente posta memes, comentários sobre temas (não políticos) da atualidade e montagens com figuras da oposição. O líder Renan Santos (2020) diz que considera fundamental o uso do humor, pois esse recurso cria identificação e ajuda os seguidores a interpretarem os fatos à luz da perspectiva política difundida pelo movimento.

No entanto, com o refluxo dos temas e polêmicas que ajudaram a alavancar a imagem do movimento, a imagem do MBL como grupo capaz de repaginar a política nacional com inovação e jovialidade vem se enfraquecendo nos últimos anos. As rupturas políticas bruscas, além da ligação de suas lideranças a denúncias de corrupção, podem ter levado muitos militantes a repensarem sua participação no movimento. Além disso, o grupo tem sido cada

vez mais considerado uma "máquina" de elaborar fake news, além de notadamente normalizar discursos de ódio contra minorias sociais por meio de postagens "bem-humoradas" e "anti-mimimi".

Não é mera conjectura afirmar que o MBL não tem mais o mesmo poder de mobilização que possuía no período pós-junho de 2013. A decaída da influência do movimento pôde ser evidenciada nos atos organizados pelo grupo em prol do impeachment do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foram considerados um fracasso (Kotscho, 2021). Essa tendência pode estar ligada a fatores mais conjunturais, como os efeitos da pandemia sobre a organicidade do movimento.

Ocorre que, apesar de não mais possuir a mesma capacidade de mobilizar seus seguidores a irem às ruas, como no contexto pós junho de 2013, o MBL continua aproveitando a habilidade que tem com as redes sociais para seguir mantendo certa relevância, assim como um razoável número de seguidores e simpatizantes. Como foi elucidado neste trabalho, a rede social em que o grupo possui maior número de seguidores é o Instagram. Por meio das ferramentas disponibilizadas pela plataforma, o MBL alimenta seu perfil com postagens de elaboração relativamente fácil e com grande potencial de engajamento.

O engajamento nas redes sociais, conforme foi explicitado, tem sido muito mais favorável a grupos e pessoas que, assim como o MBL, elaboram suas postagens com fake news e discursos de ódio. Isso ocorre porque a lógica algorítmica das plataformas privilegia tópicos polêmicos, que convidam a uma interação ruidosa e passional. Muitas das vezes, a forma como esses conteúdos comunicam o ódio e a desinformação é bastante sutil; eles podem "depreciar simbolicamente em diferentes formatos (memes, GIFs)" (Sponholz, 2020, p. 232).

No dia 8 de janeiro de 2023 – data marcada na história brasileira como um dia em que as instituições republicanas foram atacadas com grande hostilidade – o MBL utilizou seu perfil no Instagram para inteirar seu público sobre os acontecimentos. Noticiando os atos golpistas como se fosse um portal de notícias, o grupo não hesitou em classificar os vândalos como "bolsonaristas". Apesar de tentarem, por meio da adjetivação, se diferenciar de Bolsonaro e seus apoiadores, o comportamento e os valores do MBL aproximam o grupo da ideologia bolsonarista no que tange ao conservadorismo, à desinformação e ao discurso de ódio.

O que pode ser extraído das 5 postagens elaboradas pelo grupo no Instagram naquele dia é um posicionamento absenteísta, preocupado apenas em engajar as próprias redes. Por

mais que instantaneamente fosse desafiador lidar com a quantidade de informações e acontecimentos sem precedentes que ocorriam em Brasília, nada impedia o grupo de defender de maneira mais fundamentada as instituições republicanas, a não ser a própria gênese neoliberal e, portanto, conservadora do MBL. Como visto neste trabalho, não faz parte das preocupações e pretensões neoliberais que alicerçam o grupo a defesa da plenitude do Estado Democrático de Direito. As pessoas e grupos firmados nessa ideologia importam-se muito mais com lucros do que com o bem-estar social.

Os esforços deste trabalho foram empreendidos com o objetivo de analisar cientificamente uma pequena parte da imensa gama de mudanças que o advento da internet trouxe para a sociedade (Recuero, 2009). O estudo se propôs a lançar luz sobre a ascensão de grupos e pessoas que se destacam por meio da propagação de fake news e da normalização do discurso de ódio nas redes sociais – práticas que fazem parte do *modus operandi* do MBL. É certo que, dada a complexidade dos assuntos aprofundados, pesquisas que explorem fenômenos nocivos à democracia (como o 8 de janeiro) são mais que bem-vindas.

Espera-se que a realização deste trabalho tenha cooperado significativamente para o debate a respeito dos desafios que as redes sociais trazem tanto para a comunicação quanto para o Estado. Os fenômenos do discurso de ódio, do sensacionalismo e da desinformação são desafios de nossos dias, e ainda há muito a ser explorado para mensurar os impactos que a má utilização das redes tem não apenas sobre os usuários, mas sobre as instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

5 PERGUNTAS para entender embate entre Elon Musk e Alexandre de Moraes. **BBC News Brasil**, 30 ago. 2024. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdqq88214o. Acesso em: 26 set. 2024.

A ROTINA do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar. **BBC News Brasil**, 26 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64042482>. Acesso em: 10 out. 2024.

ARAÚJO, Willian Fernandes. Mate o feed e retome o controle: histórias sobre personalização, governamentalidade e fissuras no poder algorítmico. **Intexto**, n. 55, p. 129276, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.55.129276>. Acesso em: 18 fev. 2025.

AVRITZER, Leonardo. Atos contra a democracia e a opinião pública, o 8 de janeiro. **O Globo**, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/01/artigo-atos-contr-a-democracia-e-a-opini-ao-publica-o-8-de-janeiro.ghhtml>. Acesso em: 7 out. 2024.

AZEVEDO, Fábio Palácio de. Redes sociais e participação cívico-política nas eleições de 2014. **Princípios**, São Paulo, n. 133, p. 20-27, nov./dez. 2014.

AZEVEDO, Reinaldo. Há um ano, nascia o MBL, que se espalhou por todo o país; 1º aniversário é comemorado em acampamento pró-impeachment. **Veja**, 1 nov. 2015. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ha-um-ano-nascia-o-mbl-que-se-espalhou-por-todo-o-pais-1-aniversario-e-comemorado-em-acampamento-pro-impeachment>. Acesso em: 15 set. 2024.

BAPTISTA, Rodrigo. Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do DataSenado. **Senado Notícias**, 12 dez. 2029. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado. Acesso em: 23 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BORGES, Laryssa; CHAPOLA, Ricardo. Realidade paralela: bolsonaristas ainda esperam por “milagre” após derrota. **Veja**, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/realidade-paralela-bolsonaristas-ainda-esperam-por-milagre-apos-derrota>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRAGADO, Louise. Saiba qual é a rede social mais usada no Brasil. **Época Negócios**, 5 fev. 2024. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2024/02/saiba-qual-e-a-rede-social-mais-usada-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Relatório final**. Brasília: Congresso Nacional, 17 out. 2023. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/10/17/relatorio-cpmi-versao-consolidada_231017_100010.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **8 de janeiro**: um ano depois, ministros do STF comentam reação das instituições democráticas aos ataques. Brasília: STF, 4 jan. 2024a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=523863&ori=1>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **TSE proíbe uso de inteligência artificial para criar e propagar conteúdos falsos nas eleições**. Brasília: TSE, 28 fev. 2024b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/tse-proibe-uso-de-inteligencia-artificial-para-criar-e-propagar-contedos-falsos-nas-eleicoes>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRUM, Eliane. MBL usa o aborto para reposicionar a marca. **El País**, 3 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/03/opinion/1562163289_751812.html. Acesso em: 18 out. 2024.

CAMARGO, Amanda de Souza; GALIB, Carolina Piccolotto; VEDOVATO, Luís Renato; MARTINI, Maria Carolina Gervásio Angelini de; OLIVEIRA, Viviane de Arruda Pessoa. Democracia e política em tempos de fake news. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 36, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 2020.

CARVALHO, Ana Beraldo; ZANON, Breilla Valentina; PLACERES, Giulliano. A direita no Brasil em um novo ciclo político: uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0994-1.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVALCANTE, Sávio. O dia 8 de janeiro como insurreição neofascista. **Jornal da Unicamp**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/o-dia-8-de-janeiro-como-insurreicao-neofascista>. Acesso em: 12 out. 2024.

CCDH. **The Musk bump**: quantifying the rise in hate speech under Elon Musk. Center For Countering Digital Hate, December 6, 2022. Disponível em: <https://counterhate.com/blog/the-musk-bump-quantifying-the-rise-in-hate-speech-under-elon-musk>. Acesso em: 27 set. 2024.

CERÂNTULA, Robinson. Empresários ligados ao MBL são presos em investigação de lavagem de dinheiro em SP, diz MP; movimento nega relação com detidos. **G1**, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/10/integrantes-do-mbl-em-sp-em-operacao-contralavagem-de-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CHAUDHRY, Irfan; GRUZD, Anatoliy. Expressing and challenging racist discourse on Facebook: how social media weaken the “spiral of silence” theory. **Policy & Internet**, v. 24, n. 4, p. 88-108, 2019.

CONALGO, Camila Khroling. Mídias e redes sociais digitais: conceitos e práticas. In: BUENO, Wilson da Costa (org.). **Estratégias de comunicação nas mídias sociais**. Barueri: Manole, 2015. (Série Comunicação Empresarial).

COSTA, Kelvin Kesley Rodrigues da. Liberdade de expressão e discurso de ódio nas mídias sociais. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em:

www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Liberdade-de-expressa%CC%83o-e-discurso-de-o%CC%81dio-nas-mi%CC%81dias-sociais.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

COSTA, Thaís. Algoritmo do Instagram: entenda como ele funciona e o que você precisa saber para engajar na rede!. **Rock Content**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/algoritmo-do-instagram/#:~:text=No%20come%C3%A7o%2C%20o%20Instagram%20funcionava,usu%C3%A1rio%20aparecesse%20em%20seus%20feeds>. Acesso em: 5 out. 2024.

CRISTO, Hélio Souza de; ARAGÃO, José Wellington Marinho. Ciberativismo e juventude: as redes sociais como novos espaços de socialização e participação política juvenil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 32., 2019, Lima. **Anais [...]**. Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-030/2206.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023

CURI JÚNIOR, Aribelco; ALFAYA, Natalia Maria Ventura da Silva. O impacto das fake news nas eleições presidenciais de 2018 e 2022: prejuízos para a democracia e a sociedade. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, Londrina, v. 8, n. 1, p. e079, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.48159/revistadoidcc.v8n1.e079>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ELON Musk perde ação contra grupo que acusou X de promover discurso de ódio. **UOL**, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/03/26/elon-musk-perde-acao-contra-grupo-que-acusou-x-de-promover-discurso-de-odio.htm>. Acesso em: 27 set. 2024.

“FAKE News” é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico. **BBC News Brasil**, 2 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 28 set. 2024.

FALCÃO, Márcio. 8 de janeiro: STF já condenou mais de 200 executores dos atos golpistas; penas chegam a 17 anos. **G1**, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/29/8-de-janeiro-stf-ja-condenou-mais-de-200-executores-dos-atos-golpistas-penas-chegam-a-17-anos.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2024.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 4 ago. 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

FERREIRA, Karina. MBL diz ter conseguido assinaturas suficientes para criar próprio partido. **Estadão**, 13 ago. 2024. Disponível em: www.estadao.com.br/politica/mbl-movimento-brasil-livre-diz-ter-conseguido-assinaturas-criar-partido-politico-nprp. Acesso em: 17 set. 2024.

FUCS, José. “O combate ao aborto e a causa LGBT não são bandeiras do MBL”, diz Holiday. **UOL**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/01/29/o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl.htm>. Acesso em: 15 set. 2024.

GABRIEL, Martha Carrer Cruz. Digital oracles and the search dictatorship. *In*: ASCOTT, Roy; BAST, Gerald; FIEL, Wolfgang; JAHRMANN, Margarete; SCHNELL, Ruth (ed.). **New realities: being syncretic**. Vienna: Springer Vienna. p. 315-319, 2009. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-211-78891-2_28. Acesso em: 15 ago. 2019.

GASPARETTO, Hígor Lameira; PEDROSO, Frederico Thaddeu; OLIVEIRA, Rafael Santos de. Fake news, discursos de ódio e ativismo digital: movimentos sociais de desmonetização, desafios jurídicos e reflexões sobre o caso Sleeping Giants Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 180-198, 2022.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, v. 12, n. 27, p. 58-78, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3323>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GOUVEIA, Tânia Maria de Oliveira Almeida; GUIMARÃES, Clara Maria Abdo. Vida em filtros: construções identitárias no Instagram. **Esferas**, n. 6, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5786>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GREGO, Maurício. Mark Zuckerberg anuncia a compra do Instagram pelo Facebook. **Exame**, 9 abr. 2012. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/mark-zuckerbert-anuncia-a-compra-do-instagram-pelo-facebook>. Acesso em: 9 out. 2024.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século 21**. Tradução Paulo Geiger. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Tradução Jorio Dauster. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HUBERTUS, Nohlan; FALCÃO, Tainá; TORTELLA, Tiago. Podemos desfilia Arthur do Val, que anuncia saída do MBL. **CNN Brasil**, 8 mar. 2022. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/politica/arthur-do-val-anuncia-saida-do-mbl-apos-audios-sexistas. Acesso em: 14 set. 2024.

JOÃO FILHO. As estratégias antiéticas do MBL, o “movimento que está mudando o Brasil”. **Intercept Brasil**, 4 out. 2020. Disponível em: www.intercept.com.br/2020/10/04/estrategias-antiéticas-mbl. Acesso em: 17 out. 2024.

JUNQUEIRA, Helena. Extremismo digital: como os algoritmos alimentam a polarização política. *In*: IPSOS FLAIR. **Brasil 2024: nostalgia & perspectivas**. [S.l.]: Ipsos, 2023. p. 30-41. Disponível em:

www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2023-10/Ipsos-Flair-Brasil-2024-Digital.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

KAMMER, Iris. Considerações sobre o Estado democrático de direito e os fundamentos da República Federativa do Brasil. **Revista Jurídica "9 de Julho"**, São Paulo, n. 2, p. 127-136, 2003. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/496_arquivo.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

KATAGUIRI, Kim. **Por que o MBL rompeu com Bolsonaro?**. YouTube, 28 jan. 2021. São Paulo: Jovem Pan, 2021. 3 min. Entrevista concedida ao programa Morning Show. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=4GbMAbxh7sQ&t. Acesso em: 18 out. 2024.

KEMP, Simon. Digital 2023: Brazil. **Data Reportal**, February 12, 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 9 out. 2024.

KIM Kataguiuri diz que não vai ser candidato à Prefeitura de SP: “Fui desistido e sabotado” pelo partido. **G1**, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/08/01/kim-kataguiuri-diz-que-nao-vai-ser-candidato-a-prefeitura-de-sp-fui-desistido-e-sabotado-pelo-partido.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2024.

KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flávia. O direito regenerará a República?: notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 75-90.

KOTSCHO, Ricardo. Fracasso dos atos do MBL só serviu para enterrar a terceira via. **Balaio do Kotscho**, 12 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/balaio-do-kotscho/2021/09/13/fracasso-dos-atos-do-mbl-s-o-serviu-para-enterrar-a-terceira-via.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUNGUI, Sophia. Mais da metade da população mundial é usuária de redes sociais. **UOL**, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/mais-da-metade-da-populacao-mundial-e-usuaria-de-redes-sociais>. Acesso em: 21 set. 2024.

LUPINACCI, Ludmila. “Absentmindedly scrolling through nothing”: liveness and compulsory continuous connectedness in social media. **Media, Culture & Society**, London, v. 43, n. 2, p. 273-290, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0163443720939454>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MACHADO, Jones; RONSONI, Raquel. Estratégias de comunicação política digital no Instagram: uma análise da campanha eleitoral da chapa Boulos/Erundina à Prefeitura de São Paulo. **Cadernos De Comunicação**, v. 26, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/70405>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MACHADO, Jorge Alberto Silva; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia &**

Antropologia, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Acesso em: 26 set. 2024.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Nota de repúdio**. São Luís: TJMA, 8 jan. 2023. Disponível em: www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/508785/nota-de-repudio. Acesso em: 10 out. 2024.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação**: projetos, Ideias, práticas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MBL. **Agora**: bolsonaristas invadem área que dá acesso ao Palácio do Planalto. [S.l.], 8 jan. 2023a. Instagram: @mblivre. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CnKh-g6hBzj/?igsh=eHZyMXdjMTZ0cTlh>. Acesso em: 1 out. 2024.

MBL. **Agora**: bolsonaristas tomam o Congresso Nacional. Instagram: @mblivre. [S.l.], 8 jan. 2023b. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CnKdsebBcSh/?igsh=MXhxMnhsNHlnd3J1NA%3D%3D>. Acesso em: 1 out. 2024.

MBL. **Plenário do STF agora**. [S.l.], 8 jan. 2023c. Instagram: @mblivre. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CnKkKz7BF2i/?igsh=MTVoYWZzenF0cGFmZQ%3D%3D>. Acesso em: 1 out. 2024.

MBL. **Policial derrubado e espancado em Brasília**. [S.l.], 8 jan. 2023d. Instagram: @mblivre. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CnKryBzB0m7/?igsh=MTRsZjVsNHRuaW9l>. Acesso em: 1 out. 2024.

MBL. **Propostas aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre**. [S. l.]: Movimento Brasil Livre, nov. 2015. Disponível em: <https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

MBL. **Urgente**: Lula anuncia decreto de intervenção federal no Distrito Federal. [S.l.], 8 jan. 2023e. Instagram: @mblivre. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnKyqyLLB2f/?igsh=eWdpNnhyejBtY2g2>. Acesso em: 1 out. 2024.

MBL. **Valores e princípios**. [S.l.]: Movimento Brasil Livre, 2024. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 14 set. 2024.

MENEZES, Ana Livia de Oliveira; MATTOS, Thamires Ribeiro de. Misoginia no TikTok: um estudo sobre os vídeos de coaches de relacionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Itajaí. **Anais [...]**. Itajaí: Univali, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/071520241712156695829f3e137.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MILAN, Stefania. When algorithms shape collective action: social media and the dynamics of cloud protesting. **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, 2015.

MILHOMENS, Lucas. **Entendendo o ciberativismo sem-terra na nova esfera pública interconectada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 2014.

MOLINA, Antonio Muñoz. Irmãos Koch, os donos do mundo. **El País**, 23 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/17/cultura/1568729920_158582.html. Acesso em: 17 set. 2024.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORI, Letícia. Protestos contra Bolsonaro: MBL e Vem pra Rua apoiam impeachment, mas não vão a atos de sábado. **BBC News Brasil**, 3 jul. 2021. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-57703599. Acesso em: 16 out. 2024.

NORONHA, Ana Carolina Cortez. Dispersos em tempos de economia da atenção: a tecnologia e nós. **Texto Livre**, Belo Horizonte, v. 17, p. e47843, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/47843>. Acesso em: 29 set. 2024.

PACETE, Luiz Gustavo. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais em todo o mundo. **Forbes**, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 21 set. 2024.

PALÁCIO DE AZEVEDO, Fábio. Hegemonia na era da pós-verdade: extremismo de direita e ilusão de desintermediação. **SER Social**, Brasília, v. 27, n. 56, 2024. DOI: 10.26512/ser_social.v27i56.55611. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/55611. Acesso em: 19 fev. 2025.

PALÁCIO, Fábio. **Sob o céu de junho: as manifestações de 2013 à luz do materialismo cultural**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

PALÁCIO, Fábio. Sob o céu de junho: movimentos juvenis e crise da política nas manifestações de 2013. **Juventude.br**, São Paulo, n. 16, p. 14-20, set. 2018.

PASINATTO, Rubiamara; OLIVEIRA, Lisiane Alcária de. “Chega de [...] mi-mi-mi”: o funcionamento discursivo da expressão e seus efeitos de sentido no Twitter. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 23, p. 1-16, 2023.

PEDROSA, Clara Bonaparte; BARACHO JUNIOR, José Alfredo de Oliveira. Algoritmos, bolha informacional e mídias sociais: desafios para as eleições na era da sociedade da informação. **Revista Thesis Juris**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 148-164, jan./jun. 2021. DOI: <http://doi.org/10.5585/rtj.v10i1.18159>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Bolhas sociais e seus efeitos na sociedade da informação: ditadura do algoritmo e entropia na internet. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, Belém, v. 5, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2019.

PF abre inquérito contra MBL por divulgar fake news sobre Lula. **Mídia Ninja**, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://midianinja.org/pf-abre-inquerito-contra-mbl-por-divulgar-fake-news-sobre-lula>. Acesso em: 16 out. 2024.

PIROLA, Maria Nazareth Bis; HENRIQUES, Rafael Paes (org.). **Comunicação e produção de sentido**. Vitória; Rio de Janeiro: Edufes; MC&G, 2020. (Coleção Pesquisa Ufes, n. 9).

PORTO, Douglas. Quanto custou e quem pagou pelos prejuízos dos Três Poderes após ataques de 8 de janeiro. **CNN BRASIL**, 6 jan. 2024. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/politica/quanto-custou-e-quem-pagou-pelos-prejuizos-dos-tres-poderes-apos-ataques-de-8-de-janeiro. Acesso em: 8 out. 2024.

PRADO, Charles. A era da inteligência artificial. **Ciência Hoje**, nov. 2019. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-era-da-inteligencia-artificial>. Acesso em: 24 set. 2024.

PRESIDENTE defende voto impresso nas eleições durante live. **Agência Brasil**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/presidente-defende-voto-impresso-nas-eleicoes-durante-live>. Acesso em: 13 out. 2024.

QUETTEVILLE, Harry de. Yuval Noah Harari: “I don’t know if humans can survive AI”. **The Telegraph**, April 23, 2023. Disponível em: www.telegraph.co.uk/news/2023/04/23/yuval-noah-harari-i-dont-know-if-humans-can-survive-ai. Acesso em: 24 set. 2024.

RAMOS, Guilherme Antunes. Bolsonarismo, conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. **Mural Internacional**, v. 11, p. e48071, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.48071>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RAMOS, Penha Élica Ghiotto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade. **Texto Digital**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-9288.2018v14n2p117>. Acesso em: 9 out. 2024.

RECUERO, Raquel. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 597-617, set./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v10i3.6295>. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6295>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Ciberultura).

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, São Paulo, v. 41, p. 31-47, maio-ago. 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?lang=pt. Acesso em: 18 fev. 2025.

REIFF, Luísa. **O ciberativismo no cenário político brasileiro da atualidade**: uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Povo na Rua. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2022. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/145096>. Acesso em: 26 set. 2024.

RIBEIRO, Michelle Porto; MOSCON, Daniela. Reflexões sobre o uso do Instagram na contemporaneidade. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, 27., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Unifacs, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/5576/3619>. Acesso em: 12 out. 2024.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RODRIGUES, Rodrigo. Alesp aprova cassação de Arthur do Val, que perde os direitos políticos por oito anos; é o 1º mandato cassado em 23 anos. **G1**, 17 maio 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/17/alesp-aprova-cassacao-do-ex-deputado-arthur-do-val-que-perde-os-direitos-politicos-por-oito-anos.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2024.

SABA, Lucas. MBL aposta em “furar bolha” e vencer resistência do próprio partido para eleições em São Paulo. **Gazeta do Povo**, 16 jul. 2023. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/mb-l-kim-katagui-ri-eleicoes-2024-sao-paulo/?ref=veja-ambem. Acesso em: 18 set. 2024.

SAMPAIO, Henrique. Instagram ultrapassa TikTok e se torna o aplicativo mais baixado do mundo. **CNN Brasil**, 12 mar. 2024. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/instagram-ultrapassa-tiktok-e-se-torna-o-aplicativo-mais-baixado-do-mundo-2. Acesso em: 8 out. 2024.

SANTOS, Renan. **"Meninas do futebol" não são heroínas! Parem de mimimi**. YouTube, 25 jun. de 2019. São Paulo: MBL, 2019. 7 min. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SsRn-4Zqxbw. Acesso em: 18 out. 2024.

SANTOS, Renan. **Respostas a questões sobre o ciberativismo do MBL**. Destinatário: Fábio Palácio de Azevedo. [S. l.], 1 out. 2020. 19 mensagens eletrônicas.

SAYURI, Juliana. “Tática do insulto”: os rumos do MBL até o caso Mamãe Falei. **Nexo**, 13 mar. 2022. Disponível em: www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/13/tatica-do-insulto-os-rumos-do-mbl-ate-o-caso-mamae-falei. Acesso em: 16 out. 2024.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SEGALLA, Vinícius; ROSSI, Marina; BETIM, Felipe. Renovação Liberal: a associação familiar para onde vai o dinheiro do MBL. **El País**, 29 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html. Acesso em: 24 set. 2024.

SESTREM, Gabriel. MBL se reorganiza e tenta resgatar influência após polêmicas e ruptura com Bolsonaro. **Gazeta do Povo**, 12 ago. 2023. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mbl-se-reorganiza-e-tenta-resgatar-influencia-apos-polemicas-e-ruptura-com-bolsonaro. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Gustavo A. A liberdade de expressão e o discurso de ódio. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/artigos/a-liberdade-de-expressao-e-o-discurso-de-odio/152277318. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, Pedro Henrique Nascimento. Polarização política e a intervenção das redes sociais na formulação desse processo. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 7153, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/101419>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Ângela *et al.* **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 70-89.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SPONHOLZ, Liriam. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências: Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/47124>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TAHA, Juliana; GARCIA, Marcos Roberto. O impacto das bolhas digitais no comportamento humano. **Psicologia Argumento**, v. 42, n. 117, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.117.AO11>. Acesso em: 18 fev. 2025.

TÉRAN, Karla Andrea; WENDPAP, Aline. Resistência civil, ativismo (folk)mediático e ciberativismo: o caso da sociedade boliviana. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 19, n. 42, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19303>. Acesso em: 7 jun. 2023.

TERRORISMO em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. **G1**, 8 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2024.

TOLEDO, Diego. Ex-colaboradores afirmam que MBL orientava ataques na internet; grupo nega. **UOL**, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/11/mbf-fake-news-difamacao-ex-colaboradores-luciano-avan-roger-scar.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 out. 2024.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Tradução Antonio A. S. Zuin *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

VALENTINI, Rômulo Soares. **Julgamento por computadores?**: as novas possibilidades da juscibernética no século XXI e suas implicações para o futuro do direito e do trabalho dos juristas. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B5DPSA/1/vers_o_completa_tese_romulo_soares_valentini.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Content analysis in the perspective of Bardin: contributions and limitations for qualitative research in education. **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 21 out. 2024.

VELOSO, Manoel Junior Ferreira. **Direito, linguagem e internet**: violência de gênero transfóbica e discurso de ódio no Twitter. São Paulo: Dialética, 2023.

VERBICARO, Loiane Prado. Reflexões acerca das contradições entre democracia e neoliberalismo. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5115>. Acesso em: 18 fev. 2025.

WU, Tim. **The attention merchants**: the epic scramble to get inside our heads. New York: Knopf, 2016.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji; MOURA, Julia Frank de. O Brasil a partir do Movimento Brasil Livre: imagens de uma comunidade imaginada. **Comunicologia**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 153-169, jan./jun. 2018.